Terceira Parte - Espaços e paisagens urbanas:
Gênese, intervenções e representações
**Capítulo 10 - Rossios: formação e gestão do
patrimônio fundiário municipal**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Rossios: formação e gestão do patrimônio fundiário municipal. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 460-499. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0016>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ROSSIOS FORMAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO MUNICIPAL

A doação de terrenos para a constituição dos “bens do concelho” – o patrimônio da câmara – é uma tradição portuguesa que data da época da reconquista do território continental pelos reis cristãos, após a ocupação mulçumana. De fato, o repovoamento do Reino e a consolidação das suas fronteiras se devem, em grande parte, ao desenvolvimento dos poderes locais e à multiplicação dos concelhos a partir do século XII.¹ Os habitantes destas circunscrições autônomas gozavam de vários privilégios, dentre os quais o de possuir uma sesmaria,² um patrimônio fundiário administrado pela câmara.

Na época moderna, esta porção de terra era concedida pelo rei de Portugal ou por um senhor laico ou eclesiástico, segundo as modalidades especificadas nas cartas de foral. Uma parte das terras – chamadas “baldios”³ ou “logradouros públicos” – era destinada às pastagens e às plantações comunais, servindo, também, como reserva de madeira. A outra parte poderia ser dividida em parcelas e concedida aos habitantes através de contratos enfitêuticos, os aforamentos.

Em Minas Gerais, a distinção entre os terrenos comunais e os destinados a produzir rendas para a câmara nem sempre era muito clara. Nos documentos referentes à instituição do patrimônio das vilas, as expressões “rossio”, “baldios do concelho”, “bens do concelho”, “patrimônio do concelho”, “realengo do

concelho”, “sesmaria da câmara”, “sesmaria do concelho” ou ainda “logradouro da vila” são empregadas de forma indistinta para designar uma parte ou a totalidade dos terrenos de utilidade pública, pouco importando seu uso.⁴

Para simplificar, utilizaremos preferencialmente as designações “rossio” e “sesmaria da câmara”, que são as mais frequentes na documentação consultada. Entretanto, convém lembrar que a palavra “rossio” também podia designar outro tipo de espaço. Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, o “rocio” (a outra ortografia da palavra) é uma “praça ou espécie de prado na Vila ou Cidade”, ou simplesmente um “lugar descoberto e patente às influências e orvalhos do céu”.⁵ De fato, em Lisboa, como em Mariana, e em muitas outras cidades do império português, havia praças públicas chamadas de “rocio” ou “rossio”.⁶ Em todos os casos, tratava-se, com efeito, de espaços abertos, originalmente situados na periferia imediata ou na entrada das povoações, e que acabaram sendo englobados no espaço urbano, que se estendeu progressivamente.⁷

Na América portuguesa, o tamanho dos patrimônios municipais era muito variado. No século XVI, a câmara da cidade de Salvador recebia três léguas ao longo do mar.⁸ Em 1565, quando da fundação da cidade do Rio de Janeiro, Estácio de Sá concedia à nova municipalidade um terreno de uma légua e meia de testada (aproximadamente 10 km) face ao oceano e a mesma medida de profundidade. Mais tarde, um novo rossio seria instituído por Mem de Sá – governador da colônia de 1558 a 1572 –, medindo “duas léguas em quadra”, ou seja, o equivalente de uma superfície quadrada de duas léguas de lado (13,2 km).⁹

Em 1608, apesar dos protestos da câmara, a vila de Angra dos Reis só teve direito a uma área de 33 braças por 100 braças (72,6 m x 220 m), já que a maior parte da planície onde a povoação fora construída pertencia aos conventos. Pizarro relata uma série de problemas relacionados à constituição e à gestão dos terrenos urbanos da pequena vila, os quais, como veremos, também existiram em algumas localidades mineiras:

Trinta e três braças tem de Rossio a Vila, principiadas a contar da Ribeira ao muro do Convento de S. Bernardino; e pouco mais de cem, desde o convento do Carmo ao morro de S. Bento. Poderia

ser mais extenso o recinto da vila, se na fundação desse Convento não doassem os antigos patronos dos padres capuchos o resto da planície (...). Bem se persuadiu a Câmara, que as suas pretensões a respeito da mesma planície, produzissem o efeito desejado, suplicando a El Rei em dezessete de maio de 1788 que obrigasse o convento de S. Bernardino a largar o Senhorio, e posse do terreno incluído nas Cercas (...) por ser necessária a várzea incluída na Cerca, para se aumentarem as propriedades da Vila, que no curto espaço de 33 braças em parte, e 63 noutra parte ocupadas, não se podiam dilatar, ficando por isso prejudicado o Público (...). Pretextada a intriga sob o véu auspicioso da utilidade pública, trabalhava entre os camaristas de então (e os que os tem substituído, por jurarem seguir os passos de seus antecessores), o empenho de inquietar o convento com o esbulho da propriedade, e posse das terras, que legítimas doações lhes permitiram: mas conhecida a falsidade do título, e a sem razão da súplica, ficou indeferido o requerimento: pois que o rossio da Villa, apesar do seu curto espaço, podia-se povoar todo com propriedades de casas, se a Câmara fosse mais diligente, e cuidadosa em obrigar os donos dos chãos desocupados dentro da mesma Vila, a fundar edificios, para que tiveram a concessão dos terrenos, ou a passá-los a quem fosse mais hábil, e abastado de moeda, para encher tantos vácuos no interior da povoação. Desprezado pela Câmara esse objeto muito atencioso da Polícia, daí se originava o defeito em que se conservava a Vila, de não ser formosa, pela falta de propriedades nos espaços intermédios, os quais podiam-se contar por devolutos (...).¹⁰

Se as grandes propriedades conventuais estiveram ausentes das paisagens urbanas mineiras,¹¹ outras estruturas fundiárias condicionaram a instituição dos seus rossios. Uma vez que as vilas não eram criadas *ex nihilo*, mas nos arraiais preexistentes, os patrimônios municipais acabavam se sobrepondo a outros tipos de concessões, mais antigas: as sesmarias dos fazendeiros, as datas minerais ou os patrimônios religiosos das capelas de irmandades e das matrizes.

Ora, estes proprietários – fossem eles indivíduos, instituições ou entidades coletivas – nem sempre reconheceram o direito das câmaras sobre tais terras. O processo de institucionalização dos rossios em Minas Gerais esteve, assim, marcado por vários conflitos, que foram mais ou menos longos e acirrados, dependendo

do tamanho e da importância da localidade, da pressão fundiária e da configuração dos poderes políticos e econômicos locais.

Veremos também que os rossios das vilas mineiras não eram uniformes, podendo medir de “meia légua em quadra” a “duas léguas em quadra” – sendo importante entender o método de medição utilizado pelos contemporâneos. Além disso, o centro geométrico de tais superfícies – o ponto a partir do qual elas eram delimitadas – podia variar de localização. Idealmente, ele situava-se no pelourinho, na área mais central da vila; mas, em certos casos, os oficiais preferiram fixá-lo em outros locais, a fim de que a delimitação pudesse incluir terrenos ainda vagos e, portanto, susceptíveis de produzir mais rendas para a câmara.

A CONCESSÃO E A HOMOLOGAÇÃO DOS ROSSIOS

Na maioria dos casos, a constituição do rossio ocorria a partir de uma solicitação dos camaristas ao governador da capitania. Porém, para que a doação da “sesmaria da câmara” fosse efetiva, era preciso que eles obtivessem uma carta régia, confirmando a concessão. Esta confirmação do rei era essencial, pois ela conferia uma legitimidade à câmara para cobrar dos moradores os foros anuais.

Todavia, neste aspecto as câmaras de Minas Gerais revelaram-se bastante negligentes: a maioria não pediu e, conseqüentemente, não obteve a confirmação régia dos rossios, senão muitos anos depois da criação de suas respectivas vilas. Além disso, algumas medidas indispensáveis à boa gestão dos aforamentos, como a delimitação e o cadastramento (tombo) dos terrenos, raramente foram realizadas com rapidez e eficácia. Mas o maior problema ligado à administração deste patrimônio talvez tenha sido a conivência das câmaras com certos moradores – alguns deles sendo “pessoas poderosas” – que se apossavam indevidamente dos chãos urbanos ou, como no caso de Angra dos Reis, anteriormente citado, deixavam os terrenos vagos durante muitos anos, criando um processo especulativo.

DIMENSÕES, MÉTODOS DE MEDIÇÃO

A câmara de Vila Rica foi a primeira de Minas a obter a concessão de terrenos para a constituição de seu patrimônio. Em 1711, tão logo a vila fora criada, o governador Antônio de Albuquerque concedera aos oficiais as terras devolutas em torno da povoação, com a justificativa de que esta última se encontrava: “sem rossio nem terra alguma, assim para criação dos gados, como para arrendar e aforar aos moradores, para assim o dito senado ter alguma renda, para com ela poder acudir e reparar as obras do concelho, a que as câmaras são obrigadas”.¹²

Nos livros da câmara de Vila Rica existe o registro de uma carta régia de 27 de setembro de 1711, que trata da confirmação da sesmaria.¹³ No entanto, esta carta aparentemente não teve efeito, pois, em 1713, o governador Brás Baltazar era autorizado pela Coroa a conceder terras a todas as vilas já erigidas em Minas Gerais, “para que as câmaras pudessem estabelecer rendas para suprir as despesas que atualmente costumam fazer os concelhos”.¹⁴ Assim, em abril de 1715, Vila Rica recebia uma nova carta de sesmaria de uma légua em quadra:

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem, que tendo consideração ao que me representou a câmara de Vila Rica sobre se não lhe haver dado baldios nem terras para o rossio da mesma vila, pedindo me lhe fizesse mercê por sesmaria de uma légua de terras em quadra, e desejando comprazer à câmara, e não havendo inconveniente para esta concessão, hei por bem de fazer mercê a esta Câmara de Vila Rica em nome de Sua Majestade de lhe conceder por sesmaria para baldios e rossio uma légua de terras em quadra que fará pião no pelourinho da dita vila, das quais poderá a câmara usar como qualquer sesmeiro, não impedindo porém aos mineiros que cortem os paus e lenha de que necessitarem para sua conservação, pois deles depende o aumento dessas minas, e esta mercê que faço à câmara será sem prejuízo de terceiro nem das pessoas que possuírem algumas destas terras, ou por compra, ou também sesmaria, e a mesma câmara será obrigada a mandar confirmar por Sua Majestade esta sesmaria dentro de três anos (...).¹⁵

Tudo indica que os oficiais protelaram o pedido de confirmação desta carta.¹⁶ Somente algumas décadas mais tarde eles obtiveram a carta régia, e foi então que começaram a pensar

em tomar uma providência cuja importância era evidente: a demarcação das terras municipais.¹⁷ Veremos, mais adiante, quais eram os procedimentos e rituais efetuados para a delimitação dos rossios. Antes disso, é importante estabelecer, da maneira mais clara possível, a correspondência destas superfícies em relação às unidades métricas atuais.

Como se sabe, os portugueses utilizavam diferentes expressões para se referir à medida das superfícies – “em quadra”, “em roda” etc. – e adotavam um método de medição peculiar. Qualquer que fosse o tipo de concessão (datas minerais, sesmarias de particulares, rossios), as delimitações não eram feitas da maneira que nos parece, hoje, como a mais lógica e simples, ou seja, começando as medições por uma das extremidades do terreno; ao invés disso, eles partiam do centro geométrico, que era previamente definido. Conforme observou o Barão de Eschewege: “Todas as medições de terras no Brasil se fazem da mesma maneira: toma-se um ponto médio de onde se mede em direção aos quatro pontos cardeais, o que dá motivo frequentemente à superposição de áreas. Isso provoca geralmente demandas e mesmo assassinatos.”¹⁸

Além disso, a expressão “em quadra” (a mais utilizada para indicar uma medida de superfície) podia gerar muitos equívocos, e até hoje confunde os historiadores. Por exemplo, para delimitar uma área de uma légua em quadra, escolhia-se um centro geométrico (o pião) – que, no caso dos rossios, situava-se geralmente no pelourinho ou na Casa de Câmara – e se percorria a distância de meia légua (a metade do lado do quadrado) em direção a cada um dos pontos cardeais. Utilizava-se, para isso, uma bússola (agulhão) e, em geral, uma corda de cinquenta braças. Na extremidade de cada légua percorrida, cravava-se um marco de pedra ou madeira.

O aspecto problemático de tal sistema não residia apenas na superposição parcial de terrenos contíguos, descrita por Eschewege. Em outro testemunho do século XIX, fica evidente que, mesmo se seguido à risca, o método lusitano era ambíguo: a partir do pião e dos quatro marcos, podia-se, na verdade, delinear pelo menos duas figuras geométricas de áreas distintas.

Em 1825, a fim de estabelecer suas “memórias estatísticas”, a câmara de São Bento do Tamanduá respondia a uma série de questões colocadas pelo governo da província de Minas Gerais. Interrogados sobre a existência de terras devolutas e de querelas relativas à posse de terras no termo da vila, os oficiais responderam que o território municipal, que media 12 léguas num sentido e 16 no outro, achava-se “todo ocupado (...), de maneira que dificultosamente se achará lugar que se possa dizer absolutamente vago e devoluto”.¹⁹

Quanto aos pleitos, que não eram poucos, eles tinham causas várias. Em primeiro lugar, a falta de uma legislação e de critérios claros para “julgar em tais matérias sobre o domínio, e posse das terras”. Em segundo lugar, os abusos cometidos por “pessoas poderosas”, antes e depois da ereção da vila. Estas haviam conseguido, “no seu nome e no de outros”, até cinco sesmarias de três léguas em quadra, que abrangeram terras “apossadas por outros”, sem falar daqueles que, ao estabelecerem um serviço mineral num córrego, arrogavam-se “a propriedade de um ângulo de terras que compreende muitas vezes uma, duas e mais léguas de extensão”.²⁰ Também há que se notar que, ao se atribuírem estas sesmarias maiores, de três léguas em quadra (medida mais frequente das concessões feitas nas frentes pioneiras e nos sertões), por vezes, dava-se a liberdade ao colono de escolher a maneira de demarcar tal área. Em 1753, o governador interino José Antônio Freire de Andrade concedeu uma sesmaria no sertão do Rio Grande abaixo e Capivari, cuja medida era de “três léguas de comprido e uma de largo, ou três de largo e uma de comprido, ou légua e meia em quadra”.²¹

Outro problema era, como já mencionamos, a dúvida sobre as medições das sesmarias de particulares,

porque tendo-se constantemente neste termo demarcado as sesmarias de meia légua em quadro com cem cordas no comprimento [meia légua, ou 3.300 m], e outras tantas na largura, estas de quinze braças de dez palmos craveiros [33 m], sustentam os sesmeiros a quadra, e extensão de suas sesmarias pelo risco, e perspectiva exterior do exemplar ao diante figurado, e os aposseantes confinantes pugnam pela quadra do risco interior.²²

Portanto, para se delimitar uma sesmaria de “meia légua em quadra”, faziam-se quatro medidas de um quarto de légua (usando-se, por exemplo, cinquenta cordas de quinze braças), seguindo os pontos cardeais. Ora, estas quatro balizas podiam estar nos vértices de um quadrado menor, de cem cordas (meia légua) *de diagonal*, ou nos pontos médios dos lados de um quadrado maior, de cem cordas *de lado*. Foi o que os camaristas procuraram explicitar através de um desenho esquemático, que reproduzimos a seguir:

Figura 10.1 - Esquema de medição de sesmaria apresentado pela câmara de São Bento do Tamanduá (1825).

Da mesma maneira, para se medir um rossio de “duas léguas em quadra”, fazia-se quatro percursos de uma légua (3 mil braças, ou 6.600 m) a partir do pião, seguindo os pontos cardeais, como mostra o esquema abaixo. A figura resultante podia ser interpretada como uma superfície quadrada de duas léguas *de lado* – aproximadamente 13,2 km de lado, que perfaz uma área de 174,2 km² (17.424 ha) – ou de duas léguas *de diagonal* – o que corresponde a uma superfície duas vezes menor, de 87,1 km² (8.700 ha):²³

Figura 10.2 - Esquema das duas maneiras de se medir um terreno de “duas léguas em quadra”: a medida de duas léguas pode corresponder ao lado ou à diagonal do quadrado.

No que diz respeito aos rossios, não encontramos, na documentação setecentista, nenhuma referência explícita a estas duas maneiras de “visualizar” as sesmarias das câmaras. No entanto, a ocorrência de diversos conflitos entre estas últimas e os moradores demonstra que o fato de cravar quatro balizas no solo não bastava para materializar limites incontestáveis para o patrimônio municipal. No momento das demarcações dos rossios e do cadastro das propriedades foreiras, alguns habitantes contestaram o fato de que suas propriedades estavam incluídas em tal perímetro, e é possível que a dúvida tenha sido de mesma natureza da que foi descrita pela câmara de São Bento do Tamanduá.

Retornemos ao caso de Vila Rica. Como foi dito, apesar das recomendações do governador Dom Brás Baltazar, os camaristas não tomaram, em 1715, as medidas necessárias para confirmar a doação e efetivar a tomada de posse da sesmaria de uma légua em quadra. Em 1732, a câmara informava à Sua Majestade que a maior parte dos terrenos concedidos pelos governadores

havia sido ocupada por “muitos particulares”, e pedia uma nova concessão “de uma légua em quadra, medindo-se inteira para cada um dos lados”.²⁴

Antes de ratificar o pedido, o rei encarrega o governador André de Melo e Castro de fazer uma investigação: ele deveria pedir explicações à câmara de Vila Rica, “que dará a razão por que deixou perder a primeira data que lhe concedeu o governador Antônio de Albuquerque” e ouvir também “as pessoas que têm prédios na parte em que os suplicantes pedem a nova sesmaria, as quais responderão por escrito”.²⁵

Em março de 1734, os oficiais respondiam ao governador que eles haviam cumprido com o seu dever: se não obtiveram a homologação da sesmaria dada por Albuquerque, foi porque não dispunham de um procurador junto à Corte de Lisboa, que poderia ter acelerado o processo. Além disso, em total contradição com a carta que haviam enviado ao rei, afirmavam que a sesmaria de Albuquerque não havia sido “perdida” e que seus direitos sobre o rossio jamais haviam sido contestados pelos moradores.²⁶

Aparentemente, o que os oficiais de Vila Rica pretendiam não era a confirmação da antiga concessão, e sim obter uma nova sesmaria, maior que a precedente. Ao pedirem que as terras fossem delimitadas por medidas de “uma légua em quadra, *medindo-se inteira para cada um dos lados*”, a partir do pião, o resultado almejado não era o de um terreno de uma légua em quadra – conforme afirmaram –, mas de duas léguas em quadra (ou seja, um terreno maior, com duas léguas de lado, ou um menor com diagonal da mesma medida). Visando recuperar ou aumentar o patrimônio municipal, a câmara procurava, portanto, tirar proveito da ambiguidade das expressões que designavam as medidas de superfície. Ademais, é provável que os camaristas também pretendessem tomar posse, individualmente, de alguns terrenos, tal como costumavam fazer seus homólogos do Reino.²⁷

As autoridades metropolitanas não eram, porém, ingênuas. Em novembro de 1734, após o parecer favorável do Conselho Ultramarino, Dom João V assinava a carta régia de doação da sesmaria de “uma légua de terra em quadra”, especificando, claramente, que o traçado do seu perímetro deveria tomar como centro geométrico o “pelourinho da dita vila, correndo para todas as partes *na distância de meia légua*” – e não de uma légua “inteira”. Os oficiais obtiveram, assim, uma sesmaria

correspondente a um quadrado de uma légua (6,6 km) de lado – exatamente como a primeira concessão de Antônio de Albuquerque, e como a que fora confirmada, em 1719, para a localidade vizinha, Vila do Carmo (Mariana).²⁸

Além disso, Dom João V decidia que alguns habitantes teriam direito à isenção dos foros anuais. Esta condição, aliás, já estava presente na sesmaria que Vila Rica obtivera em 1711: “achando-se dentro delas [das terras da sesmaria] algum morador com título de primeiro povoador, ou de haver comprado, não será expulso, e menos ainda obrigado a aforar”.²⁹

A concessão de 1715, feita por Dom Brás Baltazar, mencionava o uso de matos dos baldios pelos mineiros, mas não fazia qualquer referência a tais isenções. É a carta régia de 1734 que especifica e amplia os critérios de atribuição deste privilégio:

Só das casas edificadas que agora pagam e das que novamente se edificarem se pagarão foros, e de nenhuma maneira das que até o presente se não pagam, por serem mais antigas que a mesma câmara, ou por outra alguma causa, e assim também se não pagará nem porá foro algum nas terras minerais, em que há ou possa haver lavras e minas, ou buracos em que se tire ouro, pelo que mando ao meu Governador e Capitão General da Capitania das Minas, e Provedor da Fazenda, e mais Ministros a que tocar, cumpram e guardem esta carta (...).³⁰

Tais esclarecimentos eram, nesta época, bastante úteis e pertinentes, pois nos anos anteriores o rei e seus conselheiros tiveram que arbitrar uma querela entre a câmara e os habitantes da Vila do Carmo (Mariana), relativa à questão dos aforamentos. Nesta localidade, o processo de oficialização do rossião e de reconhecimento da câmara como “senhora” destas terras foi particularmente conturbado e longo: as primeiras contestações ocorreram em 1716, quando da concessão da sesmaria por Dom Brás Baltazar da Silveira; quarenta anos depois, ainda havia pleitos correndo a este respeito.

Em 1711, quando a vila fora instituída, os oficiais se viram diante de um problema: todas as terras ocupadas pelo arraial pertenciam a particulares, os quais não estavam dispostos a reconhecer o “direito de senhorio” da câmara. Sobretudo porque o governador parecia defender os interesses dos moradores – ou melhor, dos proprietários mais abastados. Em um ofício enviado

ao rei, Dom Brás Baltazar estabelecia que a demarcação do terreno deveria ser feita “sem prejuízo de terceiros, pois junto dela há muitos sítios por muito cabedal”.³¹

O que sabemos sobre o processo de constituição do arraial do Carmo confirma, de fato, a afirmação do governador.³² Os terrenos da parte baixa da aglomeração – chamada então de “arraial de baixo” – pertenciam, inicialmente, a Manuel Maciel da Cunha, um dos descobridores das minas do Ribeirão do Carmo. Em seguida, foram vendidos por “oitocentas oitavas de ouro” ao português Antônio Pereira Machado, um dos primeiros, na região, a explorar depósitos aluviais de terra firme.³³ Segundo Diogo de Vasconcelos, em 1703 Antônio Pereira Machado mandara construir “logo ao pé da sua casa, um pouco acima, no planalto, uma ermida consagrada à Nossa Senhora da Conceição, e tratou também de procurar o ouro que seus antecessores não tinham sabido achar”.³⁴ Esta capela, após diversas reformas e ampliações, tornar-se-ia a igreja matriz de Vila do Carmo e, posteriormente, a catedral da cidade de Mariana. Segundo Diogo de Vasconcelos, a riqueza das novas minas atraiu uma multidão de aventureiros, a quem Machado deu permissão para trabalhar nas lavras e morar nas suas terras, e “em torno da ermida da Conceição cresceu o povoado”.³⁵

Não dispomos de prova documental, mas acreditamos que pelo menos uma parte dessas habitações tenha sido construída sobre o patrimônio fundiário da capela da Conceição. Mesmo que a doação de terras à capela não tenha sido feita no momento da sua fundação, em 1707 ela já funcionava como igreja matriz, sendo, portanto, muito provável que os seus “chãos” não pertencessem mais a “terceiros”, mas fizessem parte do patrimônio da capela, assim como os terrenos imediatamente contíguos ao templo.³⁶

Entre 1709 e 1711, Antônio de Albuquerque regulariza a posse das terras de Antônio Pereira Machado, concedendo-lhe um título de sesmaria de meia légua em quadra. Em seguida, o governador decide instituir ali uma das três vilas que deveria criar em Minas Gerais:

E na primeira vez que veio [ao arraial do Carmo] Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, lhas deu em sesmaria, e vindo segunda vez achou conveniente fundar esta vila nas ditas terras

do suplicante, o qual, pelo zelo que tem pelo serviço de Vossa Majestade, não se opôs à fundação, no que não deixou de ter gravíssimo prejuízo, não tendo onde plantar, estando empenhado com dívidas.³⁷

Segundo as informações enviadas a Dom João V, Antônio Pereira Machado havia cedido gratuitamente à câmara recém-criada “a dita meia légua de terra em quadra para seu logradouro e rossio”.³⁸ Tal prova de generosidade não era, porém, desinteressada: em troca do serviço prestado à Coroa, Machado esperava obter uma compensação:

E por causa dessa dádiva, ficara o suplicante muito falto em bens por não lhe ficarem terras em que possa plantar mantimentos para a sustentação de sua mulher e filhos; e porque estes serviços foram feitos em grande utilidade de minha Coroa e Fazenda, pois se estabeleceu a maior vila que há nas Minas, e que pela sua grandeza assiste nela o Governador, e são dignos de remuneração, me pedia lhe fizesse mercê da propriedade de escrivão da câmara³⁹ da dita vila, e do hábito de Cristo com 12 mil-réis de tença efetivos para quem se casar com uma de suas filhas.⁴⁰

Assim, em troca da doação de suas terras, o português adquiria o cobiçado título de cavaleiro da Ordem de Cristo e se tornava proprietário vitalício de um cargo bastante rentável. Porém, tal recompensa só seria efetivada por volta de 1721, ao fim do governo do conde de Assumar. Portanto, é bem possível que Antônio Pereira Machado estivesse entre os muitos senhores de terras que se opuseram à delimitação do rossio da Vila do Carmo, em 30 de dezembro de 1716. Segundo o relato dos oficiais,

provera o Governador da Capitania das Minas de uma légua de terra para Patrimônio e Realengo do concelho, e querendo esta Câmara empossar-se e demarcar a dita terra, se anteciparam alguns moradores situados na distância sobre a dita, fazendo-nos uma petição por eles assinada, dizendo-nos lhes prejudicava (...) a dita sesmária, pela sua posse ser primeira que a da Vila, no que lhe deferimos recorressem a Vossa Majestade, e assim estamos em parte de posse, e pela dos moradores repugnada, porque dentre esses há muitos que querem ser foreiros à câmara por se livrarem das contingências que entre si têm, como era dos matos que estão por cultivar. Vossa Majestade mandará o que for servido (...).⁴¹

Com efeito, a delimitação do rossio interessava à parcela da população que só dispunha de pequenos terrenos no interior do arraial: como foreiros, estes habitantes teriam assim o direito de se servir dos terrenos incultos (baldios) incluídos na sesmaria, onde poderiam extrair madeiras e dar pasto às suas montarias. Porém, a contenda ainda se arrastaria por alguns anos, provavelmente devido à determinação dos grandes proprietários em defender suas terras – pode-se supor, aliás, que alguns destes senhores fossem oficiais da câmara, o que constituiria uma explicação suplementar para a demora do processo.

Em carta de 9 de novembro de 1718, o rei informava aos oficiais que ainda não havia chegado a uma conclusão definitiva, pois entrementes havia recebido vários pedidos de “datas de terra nessas mesmas minas”, as quais aguardavam o parecer do Conselho Ultramarino.⁴² Somente em 1719 é que se confirmou a concessão da sesmaria “de uma légua de terras em quadra”, fazendo pião no pelourinho e “correndo para todas as partes na distância de meia légua, das quais terá fixa a câmara o direito de senhorio”.⁴³ No mesmo ano, os oficiais procederam à delimitação e à fixação dos marcos do terreno.⁴⁴

Tais disposições não foram, contudo, suficientes para resolver definitivamente a questão; como veremos adiante, em meados do século XVIII alguns habitantes ainda se recusavam a reconhecer que seus terrenos faziam parte do patrimônio municipal e que deviam, portanto, pagar os foros anuais à câmara.

Passemos a outro estudo de caso. Dentre as primeiras vilas fundadas na capitania, a de Pitangui é, talvez, a que mais tempo levou para solicitar a concessão de terras para o seu rossio. A explicação para isto deve certamente estar ligada à instabilidade política que marcou os primeiros anos da vila, criada em 1715. Somente em 1734 os oficiais faziam o pedido à Coroa:

Dizem os Oficiais da Câmara de Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui das Minas Gerais, comarca do Rio das Velhas, que a mesma câmara se acha em uma pobreza pela falta de rendas que padece, por cuja razão não pode celebrar as festividades reais, que costumam celebrar as mais câmaras daquelas Minas, nem cumprir com as obrigações e encargos a que estão obrigados as mesmas câmaras, e nem ainda se lhe deu a sesmaria que Vossa Majestade por sua Real Resolução

foi servido ordenar se lhe desse. E nesta consideração, Vossa Majestade seja servido ordenar ao Governador das Minas que, tomadas as informações necessárias, mande constituir renda à dita câmara, com que decentemente possa bem cumprir as suas obrigações, e que o mesmo Governador lhe dê rossio ou sesmaria fazendo pião na Casa da Câmara, na conformidade da resolução de Vossa Majestade e do que se tem praticado com as mais câmaras das Minas.⁴⁵

Dom João V solicita o parecer às autoridades da capitania. Em carta de 3 de agosto de 1736, o governador interino Martinho de Mendonça de Pina e Proença, então às voltas com as sedições do sertão do São Francisco, opõe-se à concessão de uma sesmaria a essa câmara que – vale lembrar – havia dado, alguns anos antes, provas de uma insubmissão obstinada face às ordens régias. Ao invés da atribuição das terras solicitadas, o governador propunha a supressão do concelho e a criação de uma simples sede de julgado em Pitangui, cujo juiz “tivesse as mesmas atribuições dos de Papagaio e de São Romão”. Porém, os argumentos contidos no seu parecer não são de natureza política, como seria de se esperar, mas econômica:

É verdade quanto alega a Câmara da Vila de Pitangui sobre a falta de renda para as despesas mais precisas, porque consistindo nas Minas as rendas do concelho na imposição de um quarto de oitava de ouro, ou mesmo vulgarmente se explicam meia pataca,⁴⁶ e nas rendas da aferição e cadeia, está hoje tão diminuta a povoação dessa vila que produzem todos estes efeitos muito tênue quantia. Não pode ter efeito algum a sesmaria em que falam, porque, quando com a esperança de se aumentar essa povoação com novos descobrimentos de ouro, se erigiu a vila, já estavam ocupadas e cultivadas as terras circunvizinhas. Parecia-me se extinguisse esta câmara, ficando só por eleição trienal um juiz, que juntamente fosse dos órfãos, conservando-se somente um tabelião e meirinho (...) e que o juiz exercite a mesma jurisdição que usam os do Papagaio e São Romão.⁴⁷

Apesar deste parecer, em 1742 o pedido da câmara de Pitangui seria atendido pelo governador Gomes Freire de Andrade:

Tendo respeito a me representar por sua petição os juízes, vereadores e mais oficiais da Vila de Pitangui pela falta de bens e rendimentos com que suprir as precisas despesas daquele senado,

necessitava de uma data de terras que Sua Majestade lhes concedia na mesma vila, como às mais da capitania, para aforarem os chãos na forma que se pratica. Hei por bem conceder em nome de Sua Majestade à Câmara da Vila de Pitangui meia légua de terras em quadra, fazendo pião no pelourinho da dita vila para que possam os oficiais dela aforar a dita terra a quem lhes parecer, com declaração que as casas que estiverem situadas dentro do circuito não serão obrigados os donos a pagar foro algum, mas sim das que daqui em diante se levantarem e erigirem; e a dita câmara será também obrigada a demarcar judicialmente a dita meia légua de terras em quadra, sendo para esse efeito notificados os vizinhos com quem partirem, para alegarem o que for bem de sua justiça (...) e outrossim serão obrigados a mandar requerer a Sua Majestade, pelo seu Conselho Ultramarino, dentro em quatro anos, confirmação desta sesmaria, que lhes concedo salvo o direito régio e prejuízo de terceiro.⁴⁸

Se os oficiais de Pitangui não tomaram as providências necessárias à obtenção da confirmação régia, por outro lado, eles executaram, rapidamente, a exigência de Gomes Freire referente à delimitação e demarcação do rossio. Com efeito, esta medida se revelara indispensável à gestão dos aforamentos, e por esta razão ela foi adotada por outras câmaras, como as de Vila do Carmo e Vila Rica, em diferentes épocas.

ROSSIOS FRAGMENTADOS: PROPRIEDADES PRIVADAS E TERRENOS PÚBLICOS

A análise da documentação demonstra que as variações entre as sesmarias concedidas às diversas câmaras de Minas Gerais não dizem respeito somente às suas dimensões em termos de área. Percebe-se, com efeito, que nem todos os rossios foram demarcados a partir do centro das vilas (“fazendo pião” no pelourinho, ou na casa de câmara) e, além disso, em alguns casos não foi possível constituir uma superfície contínua.

A demarcação dos patrimônios municipais podia ser dificultada por diversos fatores. Um deles – que ocorreu em poucos casos – era a proximidade excessiva entre duas sedes de concelho. Quando a distância entre duas vilas era pequena, os limites dos rossios podiam quase se tocar, e confundiam-se parcialmente com os dos termos. Era o caso de Vila Rica e Vila do Carmo (Mariana), separadas por apenas duas léguas, mas também de São João

del-Rei e São José, como se pode constatar a partir da carta de 7 de março de 1718, pela qual o conde de Assumar constituiu o patrimônio da câmara de São José:

Hei por bem fazer-lhe mercê (...) de lhe dar de sesmaria meia légua de terras em quadra fazendo pião na dita vila, sem prejuízo, de terceiros nem de moradores que estejam ao presente cultivando as ditas terras, aos quais se reservarão os seus sítios com todas as suas vertentes que diretamente lhes pertencerem, fora dos quais se não poderá alargar sem licença da câmara, e todas as pessoas que na dita meia légua fizerem casas serão obrigados a pagar foro, e assim mesmo todas que fizeram roças depois desta concessão. E nos ditos aforamentos se haverá a câmara com moderação, para que seja suave aos povos, os quais poderão tirar lenhas das ditas terras para o gasto de suas casas, e no caso que essa concessão possa servir de algum prejuízo à câmara da Vila de São João del-Rei, poderá a de São José inteirar-se da meia légua que lhe concedo nas terras que estiverem devolutas pelo Rio das Mortes, assim pela parte de cima como pela de baixo.⁴⁹

É preciso lembrar que esta recomendação foi feita em uma época em que os limites de jurisdição das duas câmaras do Rio das Mortes ainda não estavam demarcados de forma definitiva. Aliás, foi no momento da delimitação do termo e do rossio de São José que as disputas territoriais entre as duas vilas começaram.⁵⁰

Em outros locais, os centros geométricos e os contornos dos rossios também foram determinados e demarcados fisicamente em função da estrutura fundiária preexistente. Foi o que ocorreu em Vila Nova da Rainha do Caeté. Em 1726, o ouvidor do Rio das Velhas constatava alguns problemas a respeito do terreno que havia sido concedido à câmara por Dom Brás Baltazar:

Esta sesmaria foi mal concedida pela demarcação e posse que se tomou da meia légua de terra; porque devendo esta fazer pião no meio da vila, para se medir em quadra, principiou a medição em umas roças muito afastadas da vila, que ao fim desta já não compreende a dita sesmaria, e mais quando nesta se excetuam os moradores já sitiados.⁵¹

A adoção de tais procedimentos, diferentes das práticas usuais, reflete as especificidades das estruturas fundiárias de cada localidade. Lembre-se que, segundo as determinações régias, os

moradores que se haviam estabelecido antes da constituição dos rossios estavam isentos do pagamento dos foros às suas respectivas câmaras. Neste sentido, os oficiais tinham todo o interesse em escolher bem a localização do “pião” (centro geométrico), a fim de que o perímetro da sesmaria pudesse compreender o máximo possível de terras ainda desocupadas, as quais transformavam-se, automaticamente, em chãos “aforáveis” aos futuros moradores.

Contudo, se este havia sido o raciocínio seguido pela câmara de Vila Nova da Rainha do Caeté, a estratégia não produziu os resultados esperados. Na época do parecer do ouvidor do Rio das Velhas, as receitas dos foros andavam a tal ponto reduzidas que os oficiais solicitaram à Sua Majestade autorização para a cobrança de taxas de todas as propriedades situadas no interior da sesmaria, incluindo as já existentes antes da criação da vila.⁵²

Podemos supor que os “poderosos” locais tenham exercido uma grande pressão no momento da demarcação, fazendo com que o rossio não incluísse as terras incultas próximas à povoação, das quais já se haviam apropriado, lícita ou ilícitamente. É importante lembrar que os interesses dos proprietários de terra eram defendidos pelas autoridades régias: quando das concessões, os governadores sempre determinavam que as demarcações deveriam ser feitas “de forma a não prejudicar terceiros” e respeitando as propriedades preexistentes, especialmente as produtivas – ou seja, aquelas que contribuíam para o crescimento da receita dos dízimos.

Tendo em vista a pequena quantidade de terras devolutas em torno das vilas, era preciso, pois, encontrar soluções para que as câmaras pudessem tirar um benefício real das concessões. Em agosto de 1714, Dom Brás Baltazar fazia mercê à Vila de São João del-Rei,

de duas léguas de terra em quadra, fazendo pião nela e que será sem prejuízo de terceiros nem das pessoas que tiverem cartas de sesmaria, e menos dos moradores que atualmente estão cultivando, aos quais se reservarão os seus sítios com as águas vertentes delas ainda que não tenham carta de sesmaria e não serão obrigados a pagar laudêmio⁵³ à câmara por estarem cobertos com título justo (...) e sucedendo que a Câmara, por razão dos sítios referidos e suas vertentes, se não puder inteirar da légua em quadra na proporcionada distância, o fará medindo-se mais adiante, pela parte que houver lugar até se perfazer a dita légua

de terras em quadra, das quais a câmara não poderá fazer venda alguma e só aforará novamente todas as que estiverem devolutas, sem possuidores (...).⁵⁴

Como se vê, a presença de fazendas rentáveis nas proximidades das vilas obrigava as câmaras a compor rossios fragmentados: a “sesmaria da câmara” era, assim, dividida em várias partes que se intercalavam com as propriedades particulares.

Em novembro de 1789, em suas instruções ao ouvidor do Rio das Mortes, o visconde de Barbacena fazia recomendações similares a propósito do rossio da nova Vila de São Bento do Tamanduá:

É conveniente que para maior rendimento do concelho, logradouro e comodidade dos habitantes da nova vila se conceda e demarque uma sesmaria de meia légua de terra, como a respeito das outras se tem praticado, mas para que essa concessão possa fazer-se sem prejuízo de outras que se tenham feito a alguns particulares, recomendo a Vossa Mercê que averigue e se informe dos títulos que se acham concedidos e demarcados na vizinhança da dita vila (...).⁵⁵

Um dos maiores proprietários fundiários da região foi, então, convidado pelo governador a dar seu parecer:

E que ouvindo nesta matéria os principais moradores dela, ou os interessados nas referidas concessões particulares, e ao Mestre de Campo Inácio Correa Pamplona, que terá já feito também por minha ordem averiguações a esse respeito (...). Lembra-me porém que, ainda no caso de haver títulos de sesmarias concedidas a alguns particulares, os quais, para ter efeito a da vila, deverão ser desmembradas, se poderia convencionar com os donos delas, para se lhe preencherem sobre outro rumo, ou em outra parte, ou alguma semelhante compensação que seja compatível com as faculdades da câmara, e com as minhas.⁵⁶

Alguns anos mais tarde, quando da criação da Vila de Barbacena, o governador seria novamente confrontado com esse tipo de problema. Mas, desta vez, ele parecia estar do lado dos moradores do arraial da Igreja Nova e da câmara recém-constituída, e não dos sesmeiros. Em março de 1792, o visconde de Barbacena concedia uma légua em quadra para o patrimônio da vila, o qual deveria ser medido a partir do local “mais conveniente”.⁵⁷

Os oficiais optam pela solução clássica: o centro geométrico é fixado no pelourinho, que havia sido erigido pelo governador no ano anterior, diante do edifício que servia de casa de câmara.⁵⁸ Feita desta forma, a delimitação do rossio abarcava uma parte das terras da fazenda conhecida como Caveira – a mesma que, na época da formação do arraial de Igreja Nova, havia pertencido a Estevão dos Reis Mota. Em 1792, era outro rico fazendeiro – bem mais conhecido dos historiadores de Minas Gerais – que detinha os títulos de sesmaria destas terras: o coronel Joaquim Silvério dos Reis, um dos conspiradores e o principal delator da Inconfidência Mineira.

O juiz de fora de Mariana tentou defender os interesses dos proprietários de terras da localidade, mas seus argumentos foram refutados pelo governador:

Não me conformando com as dúvidas apontadas na informação do Dr. Juiz de Fora da Cidade de Mariana, que ora serve de Juiz dos Feitos da Real Fazenda, fundadas em que nunca se concedera às câmaras uma légua por sesmaria, servindo para exemplo disso a dita vila e a dita cidade (...); que a vila de Barbacena estava situada na Fazenda da Caveira que pertencia ao Coronel Joaquim Silvério dos Reis ou ao guarda-mor José Alves de Freitas Belo, ambos devedores da Real Fazenda e que se persuadia que a dita fazenda fora sequestrada com os bens daqueles devedores fiscais, que o mesmo Coronel Joaquim Silvério dos Reis ainda não tinha satisfeito o preço da dita fazenda ao licenciado Francisco da Costa, ora falecido, e também devedor à mesma Real Fazenda (...).⁵⁹

No mesmo documento, o visconde de Barbacena concede à câmara da nova vila “as terras que pedia por sesmaria”, e que mediam

uma légua em quadra, fazendo pião na mesma vila, onde mais conveniente for, e preenchendo-se os rumos onde se acharem terras devolutas a parte que faltar em outros [rumos], ou procedendo amigáveis transações e composições com os sesmeiros confrontantes interessados (...) com declaração porém de serem os ditos oficiais da câmara obrigados a demarcar judicialmente a referida sesmaria dentro do prazo de um ano que se contará da data desta, sendo para esse feito os vizinhos notificados (...) e a requerer a S. Majestade pelo seu Conselho Ultramarino confirmação desta carta de sesmaria dentro de quatro anos.⁶⁰

Em maio de 1792, uma comissão composta pelas “pessoas principais” da Vila de Barbacena enviava uma solicitação a Silvério dos Reis, pedindo-lhe que cedesse uma “pequena parte” de sua fazenda ao patrimônio da vila. Em agosto daquele ano, o fazendeiro recusava o pedido, argumentando que todos os seus bens haviam sido “arrestados” pela Coroa⁶¹ e recomendando aos signatários da solicitação que se dirigissem ao visconde de Barbacena, “o qual senhor como douto decidirá o que lhe parecer mais justo”.⁶²

Mas o governador não parecia ter mudado de opinião, de forma que a câmara acabou por conseguir se apropriar do terreno solicitado. Sem dúvida desconcertado pela atitude do visconde, em 1794 Silvério dos Reis – que se encontrava, então, em Lisboa – recorria diretamente à Coroa, relembrando suas provas de fidelidade e pedindo providências para não ser lesado pela ocupação de suas terras:

Diz o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, que tramando na capitania de Minas Gerais uma infame conjuração contra a Real Coroa de Vossa Majestade, foi o suplicante para a mesma convidado pelos conjurados com vantajosos partidos, que não foram bastantes para tentar a sua fidelidade e sendo mandado pelo General daquela capitania para a capital do Rio de Janeiro como emissário daquela importante diligência, foi preso por bem da mesma para a fortaleza da Ilha das Cobras, incomunicável até se apurar a verdade da sua denúncia. Durante a prisão do suplicante, se erigiu o Arraial da Igreja Nova em Vila denominada Barbacena, confrontando a mesma com uma fazenda do suplicante intitulada Caveira, e outra com o nome de Cangalheiro, em terras ambas fizeram os moradores da mesma vila casas e quintais grandes contra a vontade do suplicante, com o pretexto de que para este escandaloso procedimento tinham ordem da câmara daquela vila, a título de logradouro da mesma (...) Vossa Majestade seja servida mandar que todos os moradores que se acham intrusos nas próprias terras do suplicante paguem pelo seu justo valor, ou lhes paguem foros delas como se pratica na Capitania do Rio de Janeiro, que sendo muita parte dos logradouros daquela cidade em terras do Guarda-mor Geral Fernando Dias Pais Leme, todos os moradores lhe pagam seus foros conforme se ajustam com o senhorio (...) e quando duvidem, sejam expulsos daquelas terras por evitar contendas litigiosas naquela capitania, aonde o suplicante mais não pode voltar.⁶³

De outubro a dezembro daquele mesmo ano, Silvério dos Reis receberia do príncipe grandes recompensas pelos serviços prestados à Coroa por ocasião da Inconfidência: o “hábito da Ordem de Cristo, com duzentos mil réis de tença”, o título de “fidalgo da Casa Real, com foro e moradia” e, por fim, a “mercê de tesouraria-mór de Minas, de Goiás e do Rio de Janeiro”. Além disso, um decreto mandava levantar o sequestro de todos os seus bens.⁶⁴ Porém, não encontramos indícios de que Silvério dos Reis tenha obtido ganho de causa na disputa fundiária com a Vila de Barbacena: a câmara, muito provavelmente, conseguiu conservar para si a totalidade da sesmaria que fora concedida pelo visconde em 1792.

É importante salientar que os eventuais acordos entre os senhores de terras limítrofes às vilas e as respectivas câmaras nem sempre eram suficientes para assegurar a estas últimas a posse real dos rossios – ou seja, para garantir a legitimidade dos oficiais para cobrar foros dos moradores. Isto se deve a uma razão que já evocamos: os oficiais frequentemente protelavam um procedimento essencial, isto é, a obtenção da confirmação régia da “sesmaria da câmara”.

Na segunda metade do século XVIII, diversas municipalidades escrevem a Lisboa queixando-se da sua falta de recursos e da recusa dos habitantes em reconhecê-las como “senhoras” das terras do rossio. Em 1796, a câmara de Vila Nova da Rainha do Caeté solicita a homologação da antiga sesmaria, de forma a pôr fim às contestações dos habitantes e aos processos contra o pagamento dos foros.⁶⁵ Da mesma forma, em 1791, a câmara de São José requer a confirmação da sesmaria concedida em 1718 pelo conde de Assumar, de modo a poder efetuar a cobrança dos foros. Os oficiais se queixam da recente criação das vilas de São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena, a qual teria provocado a perda de uma grande parte de seus territórios e de suas receitas:

Em 1718 foi ereta a beneplácito do Rei e Senhor D. João V de gloriosa memória esta Vila de São José, onde na forma da lei somos senadores, e logo em nome de Vossa Majestade foi concedida uma sesmaria pelo Exmo. General D. Pedro de Almeida, que, por descuido dos nossos antecessores, até agora [não] se confirmou, e como o descuido daqueles não deve prejudicar a

Real graça; que para sua existência é precisa a *confirmação e licença para o tombamento da vila*, e arrecadação dos foros, cuja falta se faz sensível presentemente; que não chega o rendimento deste senado para as despesas que lhe são anexas (...).⁶⁶

Tal documento faz alusão ao segundo procedimento necessário para uma gestão eficaz dos patrimônios municipais: o *tombo* das terras. Conforme veremos a seguir, este consiste na medição e na demarcação do rossio, mas também inclui outras providências: a medida de cada terreno e a citação dos proprietários, que devem se pronunciar e, se acharem “de justiça”, assinar um termo de reconhecimento da sua condição de “foreiro da câmara” e da consequente obrigação do pagamento anual do foro.

A GESTÃO DOS ROSSIOS

Em janeiro de 1712, três meses após a atribuição, por Antônio de Albuquerque, de uma légua em quadra para a câmara de Vila Rica, os oficiais começaram a receber as primeiras solicitações voluntárias de inscrição de propriedades nos “Registros de termos de aforamento”. Alguns destes moradores já possuíam casas – em geral bastante rústicas, e designadas como *ranchos* –, outros estavam com obras em andamento, havendo, ainda, alguns que vinham solicitar a atribuição de um “chão” para começar a construir sua moradia.

Estas iniciativas podem parecer surpreendentes, uma vez que acabamos de mencionar as dificuldades das câmaras para efetuar a cobrança dos foros. Mas é preciso ter em mente que, em 1711, a concessão de Albuquerque isentara das taxas apenas os habitantes com estatuto de *primeiro povoador*, ou seja, os fundadores dos diversos arraiais que viriam a compor Vila Rica. Além disso, também já foi dito que os habitantes mais modestos, bem como aqueles que dispunham somente de suas datas minerais para a construção de suas casas, tinham interesse em se tornarem foreiros da câmara, pois isto lhes garantiria o direito de utilizar as lenhas, madeiras dos matos e as pastagens incluídas nos “baldios” da sesmaria da câmara.

Examinemos alguns exemplos de termos de aforamento estabelecidos nos primeiros anos de Vila Rica:

Aos dezanove dias do mês de janeiro de mil setecentos e doze anos, nas casas que ao presente servem de Câmara, estando juntos os oficiais dela, apareceu Diogo Fagundes, morador nesta vila, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, junto ao córrego, indo de Antônio Dias, e por ele foi dito que vinha aforar o chão do rancho em que vive, com duas braças mais de fundo (...) as duas braças lhe aforavam os oficiais da câmara em preço de duas oitavas por cada um ano, as quais pagará pelo São João próximo que vem, com condição que nas duas braças que se lhe concedem de mais no rancho não prejudique a rua nem a terceiro, o que se obrigou a satisfação do dito foro em cada um ano, e poderá o dito tirar toda a madeira dos matos da sesmaria desta câmara, de que mandaram fazer este termo de aforamento em que todos assinaram com o dito aforador.⁶⁷

Aos vinte de fevereiro de mil setecentos e doze anos, nas casas que ao presente servem de Câmara (...) e por ele foi dito que vinha aforar um chão para fazer um rancho na outra parte do córrego desta vila em as suas lavras, em que pedia dez braças em quadra, as quais lhe concederam em preço de cinco oitavas cada um ano (...).⁶⁸

O termo de aforamento de 20 de fevereiro de 1712 mostra que, nestes tempos iniciais, os habitantes que construíam ranchos sobre lavras auríferas ainda aceitavam a obrigação do pagamento dos foros à câmara, ao contrário do que ocorreria mais tarde. Outro aspecto interessante deste registro reside nas informações sobre as medidas do terreno: “dez braças de terra em quadra”. Trata-se de um dos raros exemplos de dimensões de chãos foreiros dadas em termos de superfície; ora, como neste caso as terras estavam ocupadas por lavras, podemos nos perguntar se as medidas mencionadas não corresponderiam às dimensões de uma data mineral preexistente, que o morador pretendia, por alguma razão, transformar em chão foreiro.

Nos outros termos de aforamento, os moradores mencionam apenas uma medida linear, correspondente à da testada do lote (a fachada sobre a via pública). Nota-se, a propósito, que tais chãos eram, em sua maioria, bastante estreitos, medindo entre duas e seis braças (entre 4,4 m e 6,6 m). A profundidade do terreno é quase sempre indefinida: os documentos referem-se a “duas braças de terra de testada com os fundos necessários”,⁶⁹ ou “três braças com os fundos na forma do estilo que houver

mister”;⁷⁰ ou ainda “seis braças de terra (...) fazendo frente à rua com seus fundos convenientes”.⁷¹ O foreiro poderia usar esta área do fundo para hortas e pomares, ou para outros fins, desde que não prejudicasse vizinhos nem as vias públicas.

Como já foi notado por Sílvio de Vasconcellos, esta prática fez surgir um tipo de parcelamento do solo que, sobretudo nas partes mais centrais das vilas (as mais densamente ocupadas e as mais valorizadas), apresenta, ainda hoje, terrenos de forma bastante alongada, muitos deles atravessando transversalmente o quarteirão. No entanto, esta conformação inicial evoluiu com o tempo:

No centro da Vila a abertura de novas ruas, paralelas às já existentes, transforma em testadas os fundos dos terrenos que, então, se subdividem. Estas subdivisões também decorrem das ampliações de determinadas propriedades, fruto de entendimentos entre seus possuidores ou de partilhas em consequência de sucessões hereditárias.⁷²

Infelizmente, não se tem notícia de mapas da primeira metade do século XVIII que representem o parcelamento do solo de Vila Rica e de outras vilas. Para este período, os únicos documentos disponíveis que contêm este tipo de informação referem-se aos arraiais, ou seja, a povoações onde o poder municipal raramente intervinha no processo de constituição da propriedade fundiária urbana. No capítulo anterior, já mencionamos as plantas, datadas de 1732, dos arraiais de São Caetano, São Sebastião e do Sumidouro, conservadas no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).⁷³ No Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) existem duas plantas do arraial do Tijuco que fornecem dados de tipo cadastral; no entanto, estas são representações da segunda metade do século. Em uma delas,⁷⁴ podemos notar que, à medida que nos afastamos do centro, os terrenos vão ficando mais largos e profundos e as casas deixam de ser geminadas, ficando “soltas” nos terrenos (Figura 10.3). Já nos mapas de São Caetano e de São Sebastião, figuram somente terrenos mais largos, alguns quase quadrados (Figura 10.4). Seriam lotes originários de datas mineiras, medidas em “braças em quadra”? Esta questão permanece em aberto.⁷⁵

COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES URBANAS

Deixemos, por hora, as questões de morfologia urbana e voltemo-nos para os aspectos ligados à gestão dos contratos de aforamento e, em particular, ao valor das taxas e às condições de alienação dos terrenos.

Nos primeiros registros de Vila Rica, o preço cobrado por braça de terra não era uniforme. Foi por volta de 1716-1718 que o preço de meia oitava de ouro, por braça e por ano, começou a se generalizar, embora haja sempre casos excepcionais. Pode-se ainda observar que a palavra “rancho” vai, pouco a pouco, desaparecendo dos termos de aforamento: a partir desta época, as construções tendem a ser designadas como “casas”, ou seja, construções menos precárias, feitas para durar mais tempo.⁷⁶

Nesse mesmo período aparecem as primeiras referências à comercialização de casas erigidas em chãos foreiros à câmara. Em um termo de 1718, lê-se:

José Couto, morador nesta vila, paga de foro ao Concelho desta Câmara, de quatro braças e meia de terra que lhe aforou, sitas na rua nova da praça, que partem com chãos do Capitão-mor Manuel Antunes de Azevedo, e da outra banda do Ouro Preto, com chãos devolutos, começa o foro aos quatro de julho de 1718.

São quatro braças e meia, a meia oitava por braça, paga por ano duas oitavas e um quarto. Tem carta de aforamento com cláusula a que não venda a propriedade aforada sem licença do senado, à pena da lei e (...) assinou esse assento.⁷⁷

De fato, neste mesmo ano, os oficiais estabelecem diversos registros de venda, o que demonstra que, na época, os particulares de Vila Rica já investiam em bens imóveis. Convém lembrar que toda concessão – sesmaria ou chão urbano – podia ser vendida desde que o proprietário a tivesse beneficiado, ou seja, realizado ali alguma benfeitoria, como a construção de uma casa ou a plantação de roças.

Examinemos, então, alguns destes autos de venda. Entre julho e setembro de 1718, a câmara afora a João do Couto Carreira um terreno de 15 braças de frente, no qual já havia, provavelmente, algumas construções. Em 20 de setembro do mesmo ano, ele vende, com a autorização dos camaristas, “umas casas de duas

braças de frente” a Gaspar Silva Borges, pelo preço de duzentas oitavas de ouro.⁷⁸ Em 24 de janeiro de 1719, Carreira realiza uma segunda transação: trata-se, agora, de uma casa um pouco maior, de duas braças e meia de fachada (ou seja, aproximadamente 5,5 m), vendida a Antônio Pereira Braga por 280 oitavas. Um mês depois, João de Barros e Antônio da Silva pagam a mesma soma a este empreendedor e adquirem duas casas de duas braças de frente.⁷⁹ Em todos estes casos, a câmara deduz o número de braças, transferindo o encargo dos foros para os compradores: deste modo, após as quatro vendas, Carreira só devia à câmara os foros referentes às seis braças que ele conservara, ou seja, três oitavas de ouro por ano.

Tentemos uma rápida estimação do valor relativo destas transações. Nota-se que cada uma das casas vale o mesmo que um escravo jovem e forte – mercadoria extremamente valorizada, cujo preço era bastante elevado nas primeiras décadas do século XVIII. De fato, em 1715, o preço de um negro com boa saúde, entre quinze e quarenta anos, era de duzentos mil réis. Em 1720, ele chega a quatrocentos mil réis, o que equivale a 266 oitavas de ouro.⁸⁰

Porém, mais vale estabelecer comparações com “produtos” de mesma natureza e, neste caso, podemos recorrer ao diário de viagem do conde de Assumar para dispor de alguns dados de referência. Em 1717, o autor do manuscrito observava que o preço das construções em Vila Rica era bem mais elevado do que em Lisboa: a luxuosa casa de três arrobas de ouro, que o capitão-mor Henrique Lopes mandara construir para impressionar o governador, teria custado aproximadamente seis vezes menos em Lisboa⁸¹ – ou seja, cerca de 2.083 oitavas de ouro, o que corresponde a dez vezes o preço de cada uma das pequenas casas vendidas por João Carreira.

Outros registros não mencionam o preço das transações, mas fazem referência a investidores e compradores bem mais humildes. Em abril de 1718, o ferrador Manuel da Graça, “homem preto forro”, declara à câmara a venda de uma propriedade de duas braças e meia de terra, situada entre o cemitério do bairro de Ouro Preto “e terras baldias”.⁸² Em julho, a câmara afora cinco braças e meia de terras a Manuel Gonçalves Loureiro, o qual, rapidamente, constrói uma casa que será vendida a Anna Maria, preta forra.⁸³

Apesar de sua condição modesta, os forros parecem ter sido investidores bastante ativos no mercado imobiliário da vila: os livros de tombo dos períodos subsequentes contêm diversos registros de propriedades – situadas, muitas vezes, nas partes mais periféricas de Vila Rica – que foram comercializadas por membros desta categoria social.⁸⁴

A GESTÃO DOS AFORAMENTOS E O TOMBO DOS TERRENOS

O número de registros presentes nos livros da câmara de Vila Rica varia de um ano para outro; por vezes, os totais nos parecem pouco significativos em se tratando de uma das maiores povoações de Minas, que se desenvolveu rapidamente nas primeiras décadas do século XVIII. Em 1712, sessenta contratos de aforamento foram registrados; em 1713 e 1714, o número anual de novos foreiros cai pela metade, passando a cerca de 25 (em média). Em 1715, os oficiais formalizaram somente cinco novos contratos de aforamento, embora, no mês de abril, Dom Brás Baltazar houvesse concedido uma nova sesmaria à câmara. Os registros dos anos de 1716 e 1717 também são poucos e diversos termos estão incompletos. Apenas em 1718 é que estes voltam a se apresentar de forma mais organizada, e contam-se cerca de trinta inscrições.

Outra observação a ser feita sobre o conjunto destes documentos refere-se à distribuição das propriedades submetidas às taxas: em 1712, os terrenos aforados concentram-se nos dois principais arraiais de Vila Rica – construídos em torno das matrizes de Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto – e, no ano de 1713, sobretudo, no “caminho novo que vai do Ouro Preto a Antônio Dias antes de chegar no pelourinho”.⁸⁵ Os outros arraiais e “bairros” (Taquaral, Padre Faria) só começam a aparecer nestes registros alguns anos mais tarde.

Outras fontes permitem explicar este reduzido número de termos. Em 1730, Dom Lourenço de Almeida enviava uma carta a todas as câmaras de Minas Gerais, condenando a falta de empenho e de rigor dos oficiais na gestão dos aforamentos:

(...) se perdeu a maior parte das rendas dos foros, porque além de falsificar ou perder o livro de tombo, me consta que houve câmara que aliviou a muitas pessoas de pagarem foros, o que os

vereadores não podiam fazer, porque como administradores os senhores não podiam alhear os bens do concelho, e é nula toda a mercê que fizeram. Ordeno a Vossas Mercês que, sem a menor dilação, renovem o tombo, acrescentando de mais os foros das casas que novamente se fizeram, porque somente estão livres de pagarem foros aquelas casas que já estavam feitas no tempo que chegou a esta vila a real mercê (...) e anularão Vossas Mercês as mercês passadas de perdoar os foros, porque não é razão que por paixões particulares se percam as rendas do concelho (...) e nesta matéria tão importante devem Vossas Mercês obrarem com aquele zelo (...) sem atenção a outra mais que ao serviço da República, e ao lugar que servem.⁸⁶

De fato, em 1732, a própria câmara reconheceria que uma parte considerável do rossio estava em mãos de “muitos particulares” que não pagavam foros.⁸⁷ Na mesma época, os oficiais recebiam diversos pedidos de isenção, vindos de habitantes que se declaravam pobres demais para arcar com as taxas anuais.⁸⁸

Todavia, há indícios de que aqueles que obtinham tal privilégio nem sempre eram os mais necessitados. Em Vila Rica, bem como em outras localidades, muitas irmandades eram dispensadas do pagamento dos foros; não só dos terrenos ocupados pelas capelas e igrejas, mas também dos chãos em que se faziam casas para alugar, gerando receitas para a construção e ornamentação dos templos.⁸⁹ Lembre-se, a propósito, que as associações religiosas eram as principais “clientes” dos carpinteiros, pedreiros, entalhadores e pintores que viviam na capitania, os quais eram constantemente solicitados por elas para a construção de edifícios religiosos, assim como de moradias.⁹⁰

A câmara de Vila Rica não era a única que enfrentava problemas com a administração do seu patrimônio fundiário. Em 1736, os oficiais de São João del-Rei constataavam uma nítida diminuição na renda dos foros, atribuída à má gestão dos terrenos municipais:

Na criação desta Vila de São João del-Rei se deu para o Patrimônio da Câmara uma légua de sesmaria, e na posse desta se tem conservado desde o seu princípio, e porque pela mudança de escrivães desta mesma câmara, e descuido de alguns, se tem perdido alguns livros, e outros postos em tal estado pelo mau tratamento que lhe deram, não se acha lembrança de algumas

peessoas que aforaram à mesma câmara terras dentro da dita légua, outras por não estar demarcada a dita légua se tem introduzido dentro dos limites, sem quererem reconhecer as ditas terras Patrimônio da dita Câmara, o que redunde em grande prejuízo da mesma, por serem mui limitados [seus] rendimentos, que não chegam (...) aos encargos desta. Nesses termos, recorre a Vossa Majestade que para sua maior conservação e aumento tem Vossa Majestade feito a outras câmaras destas Minas dar uma légua de terras para o distrito dela, aforar e fazer tudo o mais conducente ao aumento do seu patrimônio (...) mandando seu Régio Diploma para se tombar a dita légua de terras. Recorre a Vossa Majestade para este efeito, suplicando a dita concessão, e graça, para maiores seguros do dito seu Patrimônio e confirmando alguns aforamentos que esta câmara tinha já feito, o que esperamos da Régia Magnificência e inteiro zelo de Vossa Majestade.⁹¹

Em carta posterior, eles fornecem outras explicações para a redução das receitas dos foros e reforçam o pedido de uma légua de terras para aumentar os bens do concelho. Lembre-se que a concessão inicial, feita por Dom Brás Baltazar em 1714, era de duas léguas de terra em quadra. Aparentemente, a câmara havia tomado posse de somente uma parte destes terrenos e pedia então mais uma légua “além do que possui”:

Porque suposto se tenham aforado algumas terras para prédios⁹² urbanos, são poucos e diminutos os foros, além de que só os paga quem quer, por faltar faculdade régia para esses aforamentos. Naquelas mesmas terras que a Câmara tem repartido, regeram mais as paixões particulares, do que o interesse público, porque além de se darem as mesmas terras por foros limitados, da maior parte [delas] se assenhoraram os poderosos por pouco ou nada, e com este monopólio estão vendendo as mesmas terras aos pobres por avultadas quantias; e como nem só estes são dignos de maior atenção, mas interessam todos em que se aumentem os bens do concelho para poder assisitar às despesas públicas, humildemente suplicamos a Vossa Majestade nos faça mercê de conferir a esta Vila, *além do que possui*, os logradouros de *uma légua em roda*, fazendo pião na mesma vila, e a graça de podermos aforar os ditos logradouros em prédios urbanos, havendo por abolidas e nulas as concessões das terras em que não se tenham feito edifícios nem culturas consideráveis (...).⁹³

A ausência de títulos que confirmassem as concessões régias, a apropriação ilícita dos terrenos, a especulação feita por “pessoas poderosas”, a falta de marcos que pudessem tornar visíveis e incontestáveis os limites do rossio: tudo isto contribuía para a ineficácia das câmaras como administradoras dos seus patrimônios.

Nos registros da câmara de Vila do Carmo (Mariana), também há indícios de irregularidades na gestão dos aforamentos. Um primeiro problema diz respeito à falta de controle sobre as transações imobiliárias: ao venderem suas casas, muitos habitantes simplesmente paravam de pagar os foros, sem cumprir os procedimentos obrigatórios de informar à municipalidade sobre a venda, de forma que ela pudesse efetuar a cobrança junto ao novo proprietário. Em 1735, os oficiais procuraram resolver a questão, exigindo que a declaração de venda fosse feita em um prazo de oito dias, sob pena de prisão e multa de seis oitavas de ouro.⁹⁴

Nos primeiros contratos de aforamento das vilas mineiras, a localização das propriedades é descrita de forma bastante vaga: “uns chãos para fazer uns ranchos da outra parte do córrego desta vila, em as suas lavras”,⁹⁵ ou “duas braças de terra de testada (...) em o sítio passado o córrego, na subida do morro”.⁹⁶ Em 1723, uma carta de aforamento de Sabará menciona “sete braças de chão junto às casas onde mora o Padre Cabral”.⁹⁷ De fato, numa época em que a toponímia urbana ainda não estava consolidada, frequentemente as vias públicas eram conhecidas pelo nome de um dos seus habitantes. Em Vila Rica, passados alguns anos, os registros identificavam de maneira menos ambígua as ruas, indicando se os chãos foreiros estavam no lado esquerdo ou direito das mesmas, e fornecendo marcos referenciais mais perenes. No entanto, em certas localidades, a denominação das vias públicas e dos marcos referenciais – córregos, pontes, chafarizes e mesmo algumas capelas – variou bastante ao longo do Setecentos. Na própria capital, há ruas que receberam mais de dez denominações diferentes ao longo de uma só década – o que, aliás, não facilita em nada o estudo da evolução do parcelamento setecentista por períodos mais longos.⁹⁸

Outros problemas enfrentados pela administração municipal eram decorrentes da insuficiência dos recursos técnicos para o gerenciamento dos terrenos. Com efeito, não havia plantas

cadastrais nem outras representações gráficas que pudessem servir de apoio: as concessões eram simplesmente anotadas em livros, e nem sempre de maneira organizada. Além disso, é fácil imaginar a confusão que resultava do fato de levantamentos e balizamentos de terras foreiras não serem procedimentos rotineiros, pelo menos nos anos iniciais. Como podemos constatar pelo exame dos primeiros registros de aforamento de Vila Rica (1712-1714) e de Sabará (1723), poucas são as referências a medições de terrenos efetuadas pelo “medidor do concelho”.⁹⁹

A confusão era agravada pelo fato de os habitantes não ocuparem, necessariamente, seus chãos de imediato: “há [nesta Vila de Nossa Senhora do Carmo] algumas pessoas que têm aforado terras, sem estarem tapadas nem casas levantadas, e sucede algumas vezes darem-se por se ignorar terem se aforado a outras pessoas”. A fim de resolver o problema, os oficiais de Vila do Carmo estabeleceram, em 1732, um prazo de um mês após a concessão para que as casas fossem construídas, “com pena de que, não o fazendo, ficassem por devolutas para quem as pedir”.¹⁰⁰

Tendo em vista as crescentes dificuldades em controlar os aforamentos, o procurador da câmara de Mariana solicita, no início da década de 1750, autorização junto ao rei de Portugal para estabelecer o tombo da sesmaria que lhe fora concedida, e de todas as propriedades nela incluídas, “por não ter toda a clareza precisa para a arrecadação dos foros, e estarem muitos chãos usurpados à mesma câmara”.¹⁰¹

No ano seguinte, o ouvidor Caetano da Costa Matoso era encarregado de realizar o tombo do patrimônio municipal. Em 18 de janeiro de 1752, utilizando um método parecido com o que havia sido anteriormente aplicado nos levantamentos de Vila Rica e de outras localidades da capitania, o magistrado dava início aos trabalhos de demarcação do rossio e de cada propriedade nele compreendida.¹⁰² Tratava-se de uma missão laboriosa, que precisaria de três meses para ser levada a cabo, e justamente “na estação mais cálida e imprópria”.¹⁰³

Os “Livros de Tombo” da câmara de Mariana – três grandes volumes, de quase quatrocentas páginas cada um – contêm descrições detalhadas destes procedimentos.¹⁰⁴ Logo nas primeiras páginas, descobrimos que, em novembro de 1719, pouco depois

da homologação régia da concessão, a câmara da Vila do Carmo realizara uma primeira medição e demarcação de sua sesmaria de uma légua em quadra. Como nesta vila não residia nenhum piloto¹⁰⁵ “que seguisse o rumo por agulhão que tinham”, mandaram vir uma pessoa “com bastante conhecimento” dos pontos cardeais (dos “rumos”) para orientar os trabalhos de medição.¹⁰⁶

Munidos de uma corda de cinquenta braças (110 m), durante três dias o ouvidor e seus auxiliares efetuaram quatro percursos, tomando quatro medidas de 1.500 braças (meia légua, aproximadamente 3 km). A cada vez, partiam do pelourinho, seguindo, sucessivamente, os “rumos” noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste; em vários momentos, a comitiva precisou contornar obstáculos, como casas, quintais murados, matos e encostas íngremes. Na extremidade de cada medida de 1.500 braças, os oficiais da câmara cravavam um marco e realizavam ritos possessórios, similares aos que eram feitos quando da tomada de posse dos arraiais, vistos anteriormente:

Ali se mandou pelo porteiro do auditório João Barbosa apregoar em voz alta, clara e inteligível (...), o que assim se fez, apregoando primeira e segunda e terceira vez se havia alguma pessoa que tivesse algum impedimento, digo, alguns embargos a não se dar posse da dita carta de sesmaria aos ditos senadores, viesse com eles para se deferir como fosse justa; sem que houvesse impedimento algum, mandou o Procurador do senado fazer marco Real e marcar a dita paragem, donde, à vista de não ter impedimento algum, começaram (...) os oficiais de justiça, alcaide e escrivão a cortar árvores, ramos, e cavar nas terras, lançando-as ao ar, e feitos todos os atos possessórios os houve por metidos na posse, tanto Real, judicial e corporal (...) da dita terra e légua completa nos ditos quatro rumos, distâncias, demarcações, pondo nas paragens confrontadas marcos com a letra REY (...) se deram por empossados da sua légua de terra que ficava pertencendo ao dito senado (...).¹⁰⁷

Mais de três décadas depois, o ouvidor Costa Matoso repetiria, desde o início, estes mesmos procedimentos. Pode-se conceber diversos motivos para justificar tal atitude: o desaparecimento das balizas que indicavam as extremidades da sesmaria, uma desconfiança quanto ao pouco rigor das medidas, ou ainda o traslado recente do pelourinho – na década de 1740, ele havia

sido transferido do largo da matriz para a nova praça da cidade de Mariana¹⁰⁸ –, o que, de fato, implicava um pequeno deslocamento dos limites do rossio. De qualquer maneira, o certo é que Matoso sempre se mostrou bastante exigente e metucioso, qualquer que fosse a missão que lhe confiassem – o que, aliás, lhe valeu um bom número de inimigos em Minas.¹⁰⁹

Em 7 de janeiro de 1752, o magistrado, nomeado “juiz do tombo”, mandava fixar um edital “em um dos lugares públicos dessa cidade”, assim como nos seus “sítios e vizinhanças” para informar a população sobre a execução da decisão régia:

Para demarcação das terras da sesmaria da câmara dela (...) e das casas que dentro dela se acharem para verdadeiro conhecimento e cobrança dos foros e como para este sítio há de correr a medição da dita sesmaria, sendo principiada do pelourinho novo e de pedra que se acha na nova praça da mesma cidade, e pôr-se nele um dos marcos, mandei nele fixar este Edital para que chegue à notícia de todos, e que eles se deem por citados para a dita medição [que] no dia dezessete deste mês e ano se há de ter princípio (...).¹¹⁰

Com um dia de atraso, Matoso dava início aos trabalhos. Como o espaço urbano havia se ampliado e “preenchido” consideravelmente desde a medição de 1719, os dois “medidores louvados” encontraram ainda mais obstáculos do que seus predecessores. Foram, assim, obrigados a fazer inúmeros desvios, que o magistrado escrupulosamente levou em conta nos seus cálculos, a fim de que a distância de 1.500 braças fosse medida com precisão em cada um dos rumos, apesar da topografia acidentada.¹¹¹ Os mesmos autos possessórios foram executados, mas, desta vez, os marcos fixados nas extremidades do rossio eram de pedra, trazendo a inscrição “Sesmaria da Câmara da Cidade de Mariana”.¹¹²

Quando a demarcação chegava a sítios mais complicados – como as encostas abruptas e incultas situadas depois do arraial de Passagem –, Costa Matoso interrompia a medição, tomando o cuidado de fazer anotar no livro que, o que faltava para completar as mil e quinhentas braças, poderia ser acrescentado mais tarde, quando houvesse gente interessada nos terrenos desta parte periférica do rossio.¹¹³

CENTRO E ARRABALDES: OS LIMITES FISCAIS DA CIDADE

Folhear as páginas do “Livro de Tombo” é como acompanhar os itinerários laboriosos do sábio ouvidor pelas ruas e caminhos da cidade episcopal. Ao fim do percurso, descortina-se, diante de nós, o panorama físico e social de Mariana – um *patchwork* de imagens contrastadas, uma sucessão de espaços com distintos graus de “urbanidade”.

Notemos, primeiramente, que algumas povoações que, até então, haviam sido consideradas como arraiais do termo de Mariana – ou seja, como localidades separadas do ponto de vista físico, embora submetidas à câmara da cidade – são designadas no auto de medição como arrabaldes ou subúrbios da cidade episcopal.¹¹⁴ É o caso dos arraiais de Morro de Santana e da Passagem, situados a cerca de três quilômetros (meia légua) da sede. Ao serem incluídos nos limites da sesmaria, seus moradores se viram obrigados ao pagamento dos foros. Percebe-se, assim, que um fator de ordem fiscal podia ampliar os limites da cidade e relativizar as distâncias – pelo menos no espírito das autoridades locais.

O relato dos itinerários de Matoso mostra que a parte central de Mariana, delimitada por três cursos d’água (Ribeirão do Carmo, córregos do Catete e do Seminário), é a mais densa: em cerca de 10 ruas compreendidas por este perímetro, contam-se 265 unidades residenciais, bem como a maioria das igrejas e edifícios públicos. A maior parte destas casas é geminada (de parede-meia), mas muitas são separadas por muros com testadas de quatro ou cinco braças, que escondem quintais laterais.

Ao atravessarmos os córregos, indo em direção aos bairros de Monsus, São Gonçalo ou Santana, constatamos que os terrenos são cada vez maiores e menos densamente ocupados: as casas, quase sempre recuadas em relação à rua, são separadas umas das outras por dezenas de braças de terrenos repletos de bananeiras.¹¹⁵ Em certos trechos do percurso, já não há ruas, e sim caminhos rurais, ladeados por propriedades agrícolas cujas casas nunca chegam ao alinhamento. Nestes locais, o juiz e os louvados fazem uma estimativa para o foro, que não mais é calculado em função da testada do terreno sobre a via pública.

Os registros de medições de propriedades foreiras indicam que, se nenhum habitante se opôs à demarcação da sesmaria da câmara – pelo menos é o que indicam os autos assinados pelo juiz do tombo –, por outro lado, os levantamentos dos terrenos suscitaram algumas reações.

Segundo as ordens régias, Matoso deveria escolher dois peritos (“louvados”): um deles representaria a câmara, o outro seria escolhido pelo habitante ou por seu procurador. Em caso de recusa por parte dos interessados, seus louvados deveriam ser designados à revelia. O proprietário de cada casa ou terreno citado deveria assinar um “termo de medição e de reconhecimento do foro”. Em caso de “dúvidas” ou de contestações, o ouvidor poderia determinar “o que lhe parecesse justiça” e os interessados, apelar da sentença, recorrendo às instâncias superiores.¹¹⁶

Nas áreas centrais da cidade, as contestações foram poucas. Na maior parte dos casos, tratava-se de desacordos quanto ao comprimento da testada (o número de braças da fachada) que se deveria levar em conta para o cálculo do foro. Alguns moradores que possuíam quintais ao lado das suas casas não aceitavam que se contabilizassem as braças relativas aos muros destes quintais, pois, até então, só haviam pagado à câmara a soma correspondente às braças ocupadas pelas casas.¹¹⁷

O número de contestações aumenta à medida que se afasta do centro. Próximo ao Ribeirão do Carmo e no Morro de São Gonçalo, alguns moradores afirmam que a câmara sempre os isentara do foro, pois suas casas estavam em terras “inúteis” ou inundáveis. Tal argumento não convence o implacável juiz do tombo, que anula a isenção; mas, diante das súplicas dos moradores, ele decide atribuir a estes terrenos foros mais baixos: apenas quatro ou seis vinténs por braça, ao invés dos oito vinténs por braça pagos pelos outros foreiros.¹¹⁸

É nos “arrabaldes” de Mariana e, sobretudo, no Morro de Santana, situado ao norte da cidade, que os habitantes mais resistem à ideia de se tornarem foreiros da câmara: eles protestam com veemência quando citados pelo juiz e, diante da inflexibilidade deste último, acabam por recorrer à arbitragem do rei de Portugal. Em 1754, João Botelho de Carvalho e José Gonçalves Pereira, “e os mais moradores do Morro de Santana, Passagem e Morro da Passagem, e mais arrabaldes da Cidade Mariana”, enviam uma petição a Lisboa, dizendo-se injustiçados:

(...) que achando-se por si, e seus antepassados, na mansa e pacífica posse das suas rossas, casas, chácara, e mais propriedades, sem ônus ou foro algum mais do que tão somente os dizimos a V. Majestade como Grão Mestre da Ordem de Cristo, e isto, tanto antes da dita cidade o ser, como ainda antes de ser Vila do Ribeirão do Carmo, sem que nunca jamais a câmara lhes pedisse foros alguns, nem das casas de vivenda que costumam situar nos morros, rios, córregos e mais partes das lavras em ordem do exercício mineral e da extração do ouro (...).¹¹⁹

Diversos documentos são anexados à petição, incluindo cópias de cartas régias referentes à concessão da sesmária de Vila Rica – nas quais afirma-se que eram isentas do pagamento dos foros as propriedades estabelecidas antes da fundação da vila, assim como as casas construídas sobre datas auríferas:

Entrando agora de próximo o Doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor de Vila Rica do Ouro Preto, a fazer tombo, e medição, não só fez daquelas terras que na realidade deviam pagar foros à câmara, mas também mediu as roças, lavras, e casas dos suplicantes, sem atender a que nunca tinham pago coisa alguma e a que os suplicantes as tinham comprado livres, por muito avultadas quantias de dinheiro, por serem fabricadas antes do estabelecimento da terra, e o que mais é, que pretendendo os suplicantes mostrar a sua justiça, os não quis admitir o dito ministro, fazendo com efeito o tombo à revelia dos suplicantes do que se tem ocasionado e vão ocasionando repetidas demandas, cujo excesso é na verdade repreensível, o que bem se patenteia do tombo que se fez em Vila Rica, cabeça daquela comarca, em que se não compreenderam os mineiros dos morros, e mais partes em que se extraísse ouro, nem as roças, chácaras e mais propriedades que antes não pagavam foros, como tudo se justifica nas certidões juntas, por cuja razão recorrem os suplicantes a Vossa Majestade para que seja servido ordenar (...) mandando que com os suplicantes se pratique o mesmo que se pratica com os moradores e mineiros de Vila Rica e seu termo, pois os suplicantes são com a mesma lealdade, igualmente vassalos de Vossa Majestade (...).¹²⁰

Alguns anos mais tarde, os mineradores do Morro de Santana reforçam seus argumentos, descrevendo a dureza de sua atividade e suas dificuldades financeiras:

Dizem os mineiros moradores no morro de Santa Ana, termo da cidade de Mariana, que sendo sua ocupação e exercício no dito morro unicamente o de romper as quase impenetráveis durezas do mesmo morro, o que raras vezes ou mesmo nunca conseguem senão a poder de fogo, e com incansável trabalho, gastando muita pólvora, aço, ferro e azeite, com grande risco de seus escravos, e não menos de suas pessoas, gastando meses a anos para poder chegar à única formação que só se tem encontrado no dito morro, [encravada] no centro da terra, perto e muitas vezes mais de 200 palmos, que em algumas partes se não encontram (...), e em outras ser tão limitada a pinta que não chega a suprir as despesas (...) do que resulta ficarem destruídos, e impossibilitados para se poderem restabelecer dos escravos que perdem e dos empenhos que fazem, fundados nas (...) incertas esperanças de tirarem ouro, com diligências tão árduas, feito toupeiras na terra, a fim de conseguirem extrair ouro daquelas subterrâneas cavernas para poderem pagar o real quinto a Vossa Majestade (...).¹²¹

Nesta carta, os suplicantes mostram-se ainda mais conscientes e bem informados de seus direitos. O autor do documento com certeza não era um mineiro de origem modesta, mas, pelo contrário, alguém que tinha bom nível de instrução: para comprovar as injustiças das quais os “mineiros” se consideravam vítimas, ele se refere, de maneira bastante precisa, a toda a legislação mineradora produzida desde 1603, chegando até as últimas decisões da década de 1750:

Vossa Majestade foi servido pela sua Real grandeza e inata piedade fazer merecer aos mineiros de os honrar com privilégios e isenções, dando-lhes as terras que romperem e escalarem para o dito fim, livres de outro algum ônus, ou encargo, por seus Regimentos, Alvarás e Reais Ordens, como se manifesta do que se passou em 15 de agosto de 1603; Alvará de 8 de agosto de 1618, incorporado nas novas Ordenações Coleção das Leis Extravagantes livro 2º § 34, e pelo Alvará a decreto real que Vossa Majestade foi servido passar em fevereiro de 1752, não só vêm ampliadas aquelas antigas mercês, mas se mostra a clemência com que a Real piedade de Vossa Majestade quer amparar aos mineiros seus fiéis e leais vassalos.¹²²

Os mineradores acusam Matoso de não respeitar as instruções de Sua Majestade nem os procedimentos legais previstos para este tipo de contenda, e levantam a suspeita de que os oficiais da câmara estariam apoiando, secretamente, tais atos injustos:

Do gozo deste indulto, e graça real, quis privar os suplicantes a menos pia intenção do Doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor da Comarca de Vila Rica, tombando e medindo (...) e também metendo no foral da dita câmara as terras minerais que os suplicantes por si e seus antepossuidores [*sic*] descobriram há mais de 30 anos no dito morro, e ocupam com seus serviços de minerar sem outro ônus ou pensão além do real quinto que pagam, por não dar no referido morro capacidade para outra alguma planta, ou agricultura, nem haver nele estrada pública, ou caminho mais do que a precisa serventia para a comunicação dos moradores dele, obrigando (talvez instado da ambiciosa cobiça dos camaristas) a que os suplicantes paguem foro à câmara das casas em que vivem, e que a necessidade os obrigou a fazer perto dos seus serviços, assim para se abrigarem com seus escravos das inclemências do tempo, e guardarem suas fábricas de minerar, como para de mais perto assistirem aos ditos serviços, e escravos, e procurar o adiantamento deles (...). Pediram os suplicantes àquele ministro lhes mandasse dar por certidão a ordem de Vossa Majestade em virtude da qual fazia aquela medição (...) a que não lhes deferiu, e nem a outros requerimentos (...), de que resultou entrar o senado da câmara a vexar aos suplicantes com penhoras pelos foros.¹²³

Não era a primeira vez que os mineradores contestavam o direito das câmaras sobre as terras auríferas incluídas nos rossios mineiros. Há mais de uma década, conflitos semelhantes opunham os camaristas aos proprietários das lavras situadas no coração de Mariana – fato que também ocorreu em outras localidades, como São João del-Rei e Vila Rica.

Tais conflitos eram provocados pela superposição de dois tipos de estrutura fundiária – o rossio e as datas minerais. Ora, tais concessões eram administradas por duas instituições diferentes: a Guardamoria (órgão que cuidava da distribuição dos terrenos auríferos) e a Câmara. Como estas contendas podiam interferir na extração aurífera – questão prioritária para a Coroa –, o rei e seu Conselho Ultramarino foram levados a intervir em diversas ocasiões, tanto mais porque a jurisdição dos superintendentes e

guardas-mores estava ao abrigo da ingerência de outras instâncias e esferas do poder, inclusive a dos governadores da colônia.¹²⁴

A presença de lavras de ouro no interior das vilas representava um obstáculo não apenas à gestão da propriedade fundiária municipal, mas também ao estabelecimento e à conservação dos equipamentos urbanos. As querelas entre mineradores e câmaras revelam, portanto, um paradoxo, sobre o qual nos debruçaremos no próximo capítulo: a mineração, origem primeira do povoamento e geratriz da atividade comercial que fez a prosperidade de muitas localidades setecentistas, representou, ao mesmo tempo, um entrave à “polícia”, à regularidade e ao “aformoseamento” destes núcleos urbanos.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 10, originalmente reunidas ao final
da terceira parte desse livro.**

pp. 574-575

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 10.3 – Planta do arraial do Tijuco (1784). Observar a forma dos terrenos (chãos), menores e mais estreitos no centro da povoação (doc. AHE).

Figura 10.4 – Detalhe da planta do arraial de São Caetano, mostrando uma lavra aurífera e terrenos de formas quadrangulares.

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 10, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 659-664

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

- ⁷⁸ História do distrito do Rio das Mortes (...) (CÓDICE Costa Matoso, p. 230).
- ⁷⁹ Petição dos moradores do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) (AHU, cx. 149, doc. 41).
- ⁸⁰ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸¹ Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis (...) que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Excelentíssimo Senhor Dom Braz da Silveira” (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 70-71).
- ⁸² TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸³ Segundo o livro de contas de uma capela de Vila Rica, os locatários podiam pagar as taxas mensais em ouro ou então “em hóstias e vinho”. Ver: “Rendimentos e despesas da Capela de São João Batista”. APM, fundo Casa dos Contos (CC), cód. 2.088.
- ⁸⁴ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸⁵ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸⁶ Diário da jornada, que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as Minas, ano de 1717 (RSPHAN, p. 313).

CAPÍTULO 10

ROSSIOS: FORMAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO MUNICIPAL

- ¹ MAGALHÃES; COELHO. *O poder concelbio das origens às Cortes Constituintes*.
- ² A origem da palavra “sesmaria” está ligada à organização territorial dos concelhos. Para melhor gerir as terras municipais, estas eram divididas em *sesmos* (sextas partes), e cada um deles era chefiado por um *homem bom*, encarregado de fazer a partilha dos terrenos – as sesmarias – entre os habitantes (Rau, “Sesmarias medievais portuguesas”, *apud* ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 200.)
- ³ Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, “baldio” é um terreno “não lavrado, nem cultivado” (BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. II).
- ⁴ Também em Portugal nota-se que, na documentação, as distinções feitas pelos juristas entre os diferentes tipos de propriedade fundiária nem sempre eram verdadeiramente seguidas. Ver: SOBRAL NETO. Uma provisão sobre foros e baldios: problemas referentes a terras de “logradouro comum” na região de Coimbra no século XVIII, p. 98.
- ⁵ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VII, “Rocio”.

- ⁷⁸ História do distrito do Rio das Mortes (...) (CÓDICE Costa Matoso, p. 230).
- ⁷⁹ Petição dos moradores do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) (AHU, cx. 149, doc. 41).
- ⁸⁰ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸¹ Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis (...) que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Excelentíssimo Senhor Dom Braz da Silveira” (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 70-71).
- ⁸² TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸³ Segundo o livro de contas de uma capela de Vila Rica, os locatários podiam pagar as taxas mensais em ouro ou então “em hóstias e vinho”. Ver: “Rendimentos e despesas da Capela de São João Batista”. APM, fundo Casa dos Contos (CC), cód. 2.088.
- ⁸⁴ TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; VASCONCELLOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*.
- ⁸⁵ “Método que parece ao Ouvidor Superintende das terras e águas minerais da Comarca de Vila Rica para se formar Regimento geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e boa administração do uso de minerar” (AHU, cx. 73, doc. 4).
- ⁸⁶ Diário da jornada, que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as Minas, ano de 1717 (*RSPHAN*, p. 313).

CAPÍTULO 10

ROSSIOS: FORMAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO MUNICIPAL

- ¹ MAGALHÃES; COELHO. *O poder concelbio das origens às Cortes Constituintes*.
- ² A origem da palavra “sesmaria” está ligada à organização territorial dos concelhos. Para melhor gerir as terras municipais, estas eram divididas em *sesmos* (sextas partes), e cada um deles era chefiado por um *homem bom*, encarregado de fazer a partilha dos terrenos – as sesmarias – entre os habitantes (Rau, “Sesmarias medievais portuguesas”, *apud* ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 200.)
- ³ Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, “baldio” é um terreno “não lavrado, nem cultivado” (BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. II).
- ⁴ Também em Portugal nota-se que, na documentação, as distinções feitas pelos juristas entre os diferentes tipos de propriedade fundiária nem sempre eram verdadeiramente seguidas. Ver: SOBRAL NETO. Uma provisão sobre foros e baldios: problemas referentes a terras de “logradouro comum” na região de Coimbra no século XVIII, p. 98.
- ⁵ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VII, “Rocio”.

- ⁶ Optamos por uniformizar a ortografia, adotando “rossio”.
- ⁷ Sobre a palavra “rossio” e seu uso em Portugal, ver: CARITA. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos na época moderna 1495-1521*, p. 25. Sobre o “rossio” de Mariana, ver: FONSECA. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*.
- ⁸ Ruy, “História da Câmara Municipal de Salvador”, *apud* ABREU. A apropriação do território no Brasil colonial, p. 216.
- ⁹ SANTOS. Formação de cidades no Brasil colonial.
- ¹⁰ ARAÚJO. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, t. II, p. 95 *et seq.*
- ¹¹ MARX. *Cidade no Brasil*.
- ¹² APM, CMOP 38, fl. 5.
- ¹³ APM, CMOP 38, fl. 5.
- ¹⁴ *RAPM*, IV, 1899, p. 169.
- ¹⁵ Carta de 3 de abril de 1715 (*RAPM*, IV, 1899, p. 163).
- ¹⁶ Embora a doação das terras pelo governador tivesse sido ordenada pelo rei, a confirmação régia da sesmaria era obrigatória.
- ¹⁷ APM, CMOP 38, fl. 4.
- ¹⁸ ESCHEWEGE. *Pluto brasiliensis*, p. 147, nota 115.
- ¹⁹ *RAPM*, II, 1897, p. 60.
- ²⁰ *RAPM*, II, 1897, p. 61.
- ²¹ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 186 (verbetes “Lavras”).
- ²² *RAPM*, II, 1897, p. 61.
- ²³ Notemos ainda que, no caso de uma superfície de duas léguas em quadra, cada um dos segmentos de uma légua corresponde ao raio de um círculo inscrito no quadrado maior, cuja área teria um valor intermediário, de 136,77 km² (13.677 ha). Talvez seja em referência a tal figura que os contemporâneos por vezes utilizavam a expressão “uma légua em roda” – ao descreverem o método de delimitação das superfícies pelo pião.
- ²⁴ Carta de 28 de outubro de 1733. APM, SC 18, fl. 18.
- ²⁵ Carta de 28 de outubro de 1733. APM, SC 18, fl. 18.
- ²⁶ Carta de 20 de março de 1734 (AHU, cx. 20, doc. 7).
- ²⁷ SOBRAL NETO. Uma provisão sobre foros e baldios, p. 91-101.
- ²⁸ APM, CMOP 38, fl. 6 *et seq.*
- ²⁹ Carta de 27 de setembro de 1711 (APM, CMOP 38, fl. 5-6).
- ³⁰ Carta de 27 de setembro de 1711 (APM, CMOP 38, fl. 7-8; AHU, cx. 20, doc. 7).
- ³¹ Ofício de Brás Baltazar ao rei de Portugal, 28 de maio de 1716, citada em: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 249.

- ³² FONSECA. Do arraial à cidade, p. 263-301.
- ³³ Antônio Pereira Machado foi o fundador de dois outros arraiais na região: Antônio Pereira e Bonfim do Mato Dentro. Cf.: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 238 *et seq.*
- ³⁴ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 238 *et seq.*
- ³⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 238 *et seq.*
- ³⁶ Como vimos (Capítulo 2), a primeira igreja da localidade foi fundada pelo coronel Salvador Furtado, em 1703. Contudo, por volta de 1707, o padre nomeado pelo bispo do Rio de Janeiro decide celebrar os ofícios na capela da Conceição, pois ela se encontrava “em lugar mais cômodo para o culto”. Após a reforma, esta capela será oficializada como igreja paroquial em 1712. Ver: VASCONCELOS. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*; VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 238-240.
- ³⁷ Informação do governador Dom Brás Baltazar ao rei de Portugal, 20 de junho de 1716, citada em: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. 2, p. 248.
- ³⁸ Notemos que as terras de Antônio Pereira, medindo meia légua em quadra (ou seja, cerca de 11 km², ou 1.100 hectares) correspondia a apenas uma parte (aproximadamente um quarto) da sesmaria de uma légua em quadra (43,56 km², ou 4.356 hectares) concedida à câmara.
- ³⁹ A nomeação dos escrivães da câmara podia ser vitalícia e hereditária. Os cargos de escrivão e de juiz de órfãos foram os únicos que a Coroa chegou a vender em determinadas ocasiões. Ver: MONTEIRO. Os concelhos e as comunidades, p. 303-330.
- ⁴⁰ “Ordem Régia” de 11 de março de 1718, citada em: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 245-246.
- ⁴¹ APM, CMM 3, fl. 9. Ver, também, a carta régia a respeito do “patrimônio e realengo” do concelho de Mariana. AHCMM, cod. 417, fl. 7.
- ⁴² Carta régia de 9 de novembro de 1718. APM, CMM 3, fl. 9v e 10.
- ⁴³ APM, CMM 3, fl. 12-14.
- ⁴⁴ AHCMM, cod. 417, fl. 10v *et seq.*
- ⁴⁵ AHU, cx. 28, doc. 42.
- ⁴⁶ Esta renda consistia numa soma fixa de 160 réis (meia pataca), paga por cabeça de boi abatido no interior do termo da vila.
- ⁴⁷ AHU, cx. 28, doc. 42.
- ⁴⁸ APM, SC 35, fl. 90, citado em: DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 175-176.
- ⁴⁹ APM, SC 12 (segunda parte), fl. 6.
- ⁵⁰ Ver os documentos transcritos e comentados por: VELLOSO. *Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais*, p. 16 *et seq.*
- ⁵¹ Carta do ouvidor Mathias Pereira de Souza ao rei de Portugal, 12 de maio de 1726 (AHU, cx. 8, doc. 35).

- ⁵² Carta do Rei de Portugal ao ouvidor do Rio das Velhas, 27 de abril de 1725 (AHU, cx. 8, doc. 35).
- ⁵³ Segundo Bluteau, o laudêmio “é o que da compra, venda ou alienação de algum bem foreiro se paga ao direito senhorio” (BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. V).
- ⁵⁴ *RAPM*, IV, 1899, p. 162-163. O termo de concessão do rossio da Vila do Príncipe, datado de julho de 1716, é muito semelhante ao de São João del-Rei: ver sua transcrição na mesma revista, p. 166-167.
- ⁵⁵ *RAPM*, II, 1897, p. 95.
- ⁵⁶ *RAPM*, II, 1897, p. 95.
- ⁵⁷ APM, documento anexo ao livro 256 de registro de sesmaria, fls. 134-135v, citadas em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 284.
- ⁵⁸ MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 279.
- ⁵⁹ Carta de 17 de março de 1792, citada em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 283-285.
- ⁶⁰ Carta de 17 de março de 1792, citada em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 283-285.
- ⁶¹ Como se sabe, os bens de Silvério dos Reis foram confiscados em decorrência das dívidas que ele havia contraído com a Fazenda Real enquanto contratador dos direitos das Entradas.
- ⁶² Citado em: MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p.283.
- ⁶³ Parecer do Conselho Ultramarino, contendo vistos datados de outubro e novembro de 1794 (AHU, cx. 139, doc. 44).
- ⁶⁴ MASSENA. *Barbacena: a terra e o homem*, p. 44.
- ⁶⁵ Representação da Câmara da Vila Nova da Rainha (AHU, cx. 142, doc. 52).
- ⁶⁶ APM, SC 19, fl. 248, grifos nossos.
- ⁶⁷ APM, CMOP 01, fl. 2.
- ⁶⁸ APM, CMOP 01, fl. 3.
- ⁶⁹ APM, CMOP 01, fl. 5 v.
- ⁷⁰ APM, CMOP 01, fl. 4
- ⁷¹ APM, CMOP 01, fl. 10v.
- ⁷² VASCONCELLOS. *Vila Rica*, p. 106.
- ⁷³ AHU, cartografia manuscrita do Brasil (1154-1156).
- ⁷⁴ Segundo Nestor Goulart Reis, o documento aqui reproduzido é uma cópia, feita no século XIX, do original de Antônio Pinto de Miranda, datado de 1784 (REIS FILHO. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, p. 380).
- ⁷⁵ Para a segunda metade do século, além das plantas do Tijuco, existe um mapa de Vila Rica com a indicação do parcelamento do solo, também publicada na obra de Nestor Goulart Reis, citada acima. Estes documentos merecem uma análise detida, que ultrapassaria os limites deste estudo, pois implicam uma pesquisa arquivística específica e bastante longa – da qual, certamente, emergiriam objetos e problemáticas para muitos estudos.

- ⁷⁶ Notemos que, tal como a palavra “rancho”, o termo “casa” também é polisêmico. Ele pode designar um cômodo ou compartimento de um edifício, assim como o edifício em sua totalidade. Embora os termos de aforamento e os registros de venda utilizem com frequência a palavra flexionada no plural – vender “umas casas” –, trata-se, na maioria das vezes, de um só edifício, uma só casa. Sobre a evolução dos significados da palavra, consultar o verbete “casa”, de Stella Bresciani em: TOPALOV; COUDROY DE LILLE; DEPAULE; MARIN. *L'Aventure des mots de la ville*.
- ⁷⁷ APM, CMOP 01, fl. 78.
- ⁷⁸ APM, CMOP 01, fl. 87-88.
- ⁷⁹ APM, CMOP 01, fl. 87-88.
- ⁸⁰ BEGARD. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil 1720-1888*, p. 163-164.
- ⁸¹ DIÁRIO da jornada que fez o Excelentíssimo Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (RSPHAN, p. 314-315).
- ⁸² APM, CMOP 01, fl. 101.
- ⁸³ AMP, CMOP 01, fl. 75.
- ⁸⁴ Principalmente nos bairros de Padre Faria e Água Limpa (APM, CMOP 40, fls. 18-209).
- ⁸⁵ APM, CMOP 01, fls. 31v a 39v.
- ⁸⁶ Carta de 6 de Janeiro de 1730. CMOP (avulsos), cx. 2, doc. 4.
- ⁸⁷ APM, SC 18, fl. 18.
- ⁸⁸ APM, CMOP (avulsos), cx. 222, doc. 23, 24, 51.
- ⁸⁹ É o caso, por exemplo, da irmandade de São Miguel e Almas e da paróquia de Antônio Dias que, em 1733, obtém um terreno de 32 braças (mais de 70 m) de frente (AHU, cx. 82, doc. 20).
- ⁹⁰ BOSCHI. *O barroco mineiro*.
- ⁹¹ Carta de 22 de agosto de 1736 (AHU, cx. 32, doc. 45).
- ⁹² Segundo Bluteau, um “prédio” é uma “herdade, fazenda no campo” (BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VI).
- ⁹³ Carta de 30 de julho de 1774 (AHU, cx. 107, doc. 24, grifos nossos). Notar a expressão “em roda”, comentada em nota anterior.
- ⁹⁴ Edital de 9 de março de 1735. APM, CMM 3, fl. 126.
- ⁹⁵ APM, CMOP 01, fl. 3.
- ⁹⁶ APM, CMOP 01, fl. 5v.
- ⁹⁷ APM, CMS 03, fl. 13v, documento publicado em: *RAPM*, XLII, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 43 (Dossiê “Câmaras coloniais mineiras”).
- ⁹⁸ Ver as observações de: MASSARA *et al.* Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII, p. 141-148.
- ⁹⁹ APM, CMS 03, fl. 19v e fl. 20.

- ¹⁰⁰ APM, CMM 03, fl. 114v.
- ¹⁰¹ AHCMM, cod. 417, fl. 3.
- ¹⁰² O primeiro tombo da sesmaria da câmara de Vila Rica foi realizado em 1735 (APM, CMOP 38). Em 1743, os oficiais de Pitangui tomaram providências similares: segundo os documentos transcritos em DINIZ (*Pesquisando a história de Pitangui*, p. 175 *et seq.*), o trabalho consistiu exclusivamente na delimitação da sesmaria, logo após a confirmação da concessão do rossio pelo Conselho Ultramarino. Os registros das propriedades foreiras, rua por rua, são de época posterior (1760 e 1804).
- ¹⁰³ Carta régia aos oficiais da Câmara de Mariana. APM, CMM 27.
- ¹⁰⁴ AHCMM, cod. 417, 416, 279.
- ¹⁰⁵ Piloto, segundo Bluteau, “é o que com a carta, e agulha de marear, governa o navio” (BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*, t. VI).
- ¹⁰⁶ AHCMM, cod. 417, fl. 10-11.
- ¹⁰⁷ “Registro do auto de posse desta Câmara desta Cidade da sesmaria que lhe concede Sua Majestade” (novembro de 1719) – AHCMM, cod. 417, fl. 10-12v.
- ¹⁰⁸ FONSECA. Do arraial à cidade, p. 263-301.
- ¹⁰⁹ FIGUEIREDO. Estudo crítico – Rapsódia para um bacharel, p. 94-98.
- ¹¹⁰ AHCMM, cod. 417, fl. 6-7.
- ¹¹¹ AHCMM, cod. 417, fl. 17-21.
- ¹¹² AHCMM, cod. 417, fl. 17-21.
- ¹¹³ AHCMM, cod. 417, fl. 29.
- ¹¹⁴ Segundo o *Diccionario da Lingoa Portuguesa publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa, 1793), a palavra “arrabalde” designa uma povoação ou um bairro situado ao lado de uma cidade, mas fora de suas muralhas.
- ¹¹⁵ AHCMM, cod. 417, fl. 168; cod. 279, fl. 1-46.
- ¹¹⁶ AHCMM, cod. 417, fl. 4.
- ¹¹⁷ AHCMM, cod. 416, fl. 4.
- ¹¹⁸ AHCMM, cod. 416, fl. 77, 122, 128, 270.
- ¹¹⁹ Petição dos moradores do Morro de Santana e Passagem (sem data, anterior a 1754) – AHU, cx. 64, doc. 64.
- ¹²⁰ Petição dos moradores do Morro de Santana e Passagem (sem data, contendo visto de 1754) – AHU, cx. 64, doc. 64.
- ¹²¹ Petição dos “mineiros moradores” do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) – AHU, cx. 149, doc. 41.
- ¹²² Petição dos “mineiros moradores” do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) – AHU, cx. 149, doc. 41.
- ¹²³ Petição dos “mineiros moradores” do Morro de Santana (sem data, contendo visto de 1759) – AHU, cx. 149, doc. 41.
- ¹²⁴ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 80.